

# MUNICÍPIOS DA REGIÃO ALENTEJO

## RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA | 2018

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO E À ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Évora, 2019



### **Responsabilidade pela Execução Técnica:**

Carlos Rui de Lemos Neves Branco

- Divisão de Finanças Locais e Modernização
  - Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local

## ÍNDICE

Índice	4
Parte I - Análise regional	5
I - 1 - Receitas arrecadadas	5
I - 2 - Impostos directos	7
I - 3 - Outras receitas	9
I - 4 - Compromissos (despesa) e capacidade para pagar	7
I - 5 - Despesa paga	13
I - 6 - Despesa com pessoal	15
I - 7 - Aquisição de bens e serviços	17
I - 8 - Serviço da dívida bancária	18
I - 9 - Aquisição de bens de capital	19
I - 10 - Saldos	21
I - 11 - Endividamento municipal	22
I - 12 - Factor gerador de dívida	24
I - 13 - Liquidez geral	25
I - 14 - Balanço	26
I - 15 - Demonstração de resultados	30
I - 16 - Indicadores de gestão (a nível regional)	31
Parte III - Resenha Conclusiva	36
Anexo I	38



## Parte I - Análise Regional

Apresenta-se, como programado, para o exercício de 2018, o relatório síntese sobre a caracterização e respetiva evolução das finanças municipais, para a região Alentejo (agregação dos 47 municípios alentejanos).

Os dados que enformam este estudo continuam a provir das prestações de contas das administrações municipais (sem consolidação) e caracterizam-se por, uma vertente contabilístico – financeira orçamental (numa ótica de caixa) e uma vertente patrimonial, em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Em termos orçamentais, as operações contabilísticas estão abrangidas num classificador económico adaptado às autarquias locais, classificador este enquadrado no Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro, o qual, em termos sintéticos, está descrito no Anexo I do presente Relatório.

### I - 1 - Receitas arrecadadas

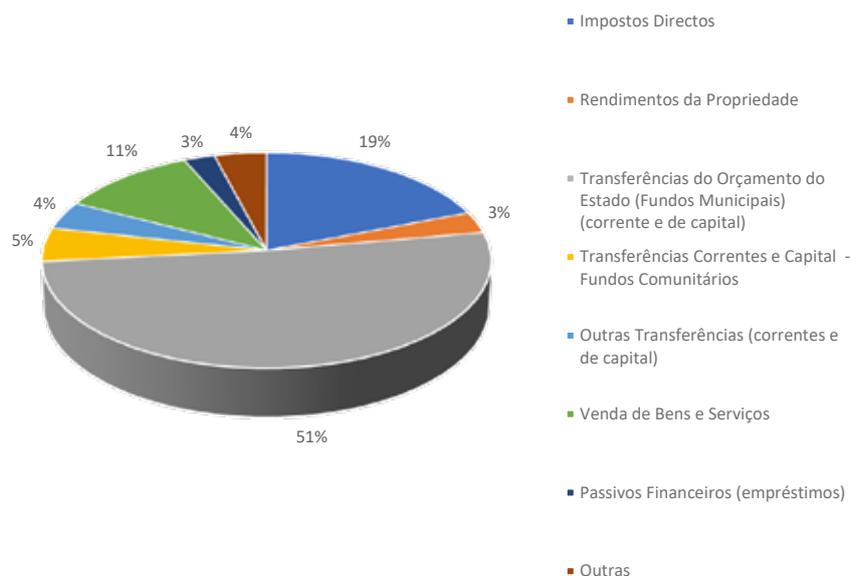
As receitas arrecadadas em 2018 (sem o saldo da gerência anterior), montantes e composição interna por natureza, na região Alentejo, são apresentadas no quadro seguinte:

Quadro nº 1 - Receitas Totais Municipais (recebimentos) - Exercício de 2018  
Região Alentejo

	Montante (€)	%
Impostos Diretos	113.158.996,09	19,07
Impostos Indiretos	2.067.263,50	0,35
Taxas, Multas e Outras Penalidades	9.051.392,84	1,53
Rendimentos da Propriedade	18.987.194,08	3,20
Transferências Correntes - Administração Pública Central - Fundos Municipais	273.921.173,82	46,15
Transferências Correntes - Administração Pública Central - Outros	17.587.891,84	2,96
Transferências Correntes - Administração Pública Local	90.907,21	0,02
Transferências Correntes - Administração Pública - Outros Entes Públicos	3.382.179,23	0,57
Transferências Correntes - Fundos Comunitários	2.927.695,73	0,49
Transferências Correntes - Particular e outras	1.626.997,98	0,27
Venda de Bens e Serviços	64.578.831,92	10,88
Outras Receitas Correntes	3.940.278,14	0,66
Venda de Bens de Investimento	8.370.806,48	1,41
Transferências Capital - Administração Pública Central - Fundos Municipais	29.280.688,57	4,93
Transferências Capital - Administração Pública Central - Outros	1.562.106,69	0,26
Transferências Capital - Administração Pública Local	126.062,26	0,02
Transferências Capital - Administração Pública - Outros Entes Públicos	279.658,96	0,05
Transferências Capital - Fundos Comunitários	27.118.810,79	4,57
Transferências Capital - Particular e outras	131.389,28	0,02
Ativos Financeiros	14.736,70	0,00
Passivos Financeiros	14.406.014,17	2,43
Outras Receitas de Capital	513.040,04	0,09
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	376.297,47	0,06
<b>Total das Receitas</b>	<b>593.500.413,79</b>	<b>100,00</b>
	<b>118.986.149.957 Esc.</b>	

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2018  
DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 1 - Composição das Receitas Arrecadadas em 2018



Da análise à composição interna, referente a 2018, das receitas arrecadadas na Região (quadro nº 1 e gráfico nº 1), podemos retirar as seguintes conclusões:

- A arrecadação, por parte das transferências do Orçamento de Estado (fundos municipais corrente e de capital), atingiu os 303,2 milhões de euros, 51,09 % do total das receitas, continuando a ser a fonte principal de rendimentos municipais, mostrando-se assim a contínua dependência do perfil definido pela lei de finanças locais;
- Em segundo lugar continua a vir os Impostos Diretos, com um recebimento de 113,2 milhões de euros (19,07 % do total);
- Em terceiro lugar vem a Venda de Bens e Serviços com uma receita de 64,6 milhões de euros (10,88 % do total);
- Na quarta posição, no elenco das principais receitas de 2018, vem as Transferências provenientes dos Fundos Comunitários (corrente e de capital) com uma participação de 30,0 milhões de euros (5,06 % do total).

Quadro nº 2 - Capacidade de Cobrança

	Receita por Cobrar no Início do Ano (€) (1)	Receita Liquidada Total no Exercício (€) (2)	Receita Cobrada Líquida Total no Exercício (€) (3)	Capacidade de Cobrança (%) (4=3/(1+2))
2011	31.545.564,67	621.292.953,26	598.436.509,41	91,67
2012	45.047.710,92	594.489.851,21	587.549.456,41	91,87
Var%	42,80	-4,31	-1,82	
2013	44.766.377,64	624.469.684,40	608.294.313,94	90,89
Var%	-0,62	5,04	3,53	
2014	47.711.319,88	558.872.371,65	544.562.794,43	89,78
Var%	6,58	-10,50	-10,48	
2015	50.009.944,47	572.369.064,61	560.836.083,12	90,11
Var%	4,82	2,41	2,99	
2016	48.295.900,24	623.275.057,68	605.076.590,76	90,10
Var%	-3,43	8,89	7,89	
2017	47.427.059,55	692.877.461,91	590.823.241,16	79,81
Var%	-1,80	11,17	-2,36	
2018	44.373.978,39	605.092.556,54	592.026.151,65	91,16
Var%	-6,44	-12,67	0,20	

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 a 2018  
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 2 apresenta-nos a capacidade das administrações municipais alentejanas, ao nível da sua tesouraria, em cobrarem os seus direitos a receber. A relação entre, por um lado, a receita cobrada líquida e, por outro, a receita por cobrar no ano anterior mais a liquidada no exercício, titulada como capacidade de cobrança, apresenta para os anos 2011 a 2017 uma variação de tendência negativa, apresentando uma melhoria em 2015 e 2016, no entanto em 2017 regista-se uma forte diminuição dessa capacidade apresentando, nesse ano, uma taxa de 79,81 %. Em 2018 regista-se um salto positivo, atingindo o valor de 91,16 %. Em termos parcelares constata-se, entre 2015 e 2018 uma diminuição no stock da receita por cobrar no início do ano, no montante de 5,6 milhões de euros, registando um crescimento da receita liquidada de 5,72 % e um aumento do montante cobrado líquido, da ordem dos 5,56 %.

## I - 2 - Impostos diretos

Gráfico nº 2 - Impostos Diretos



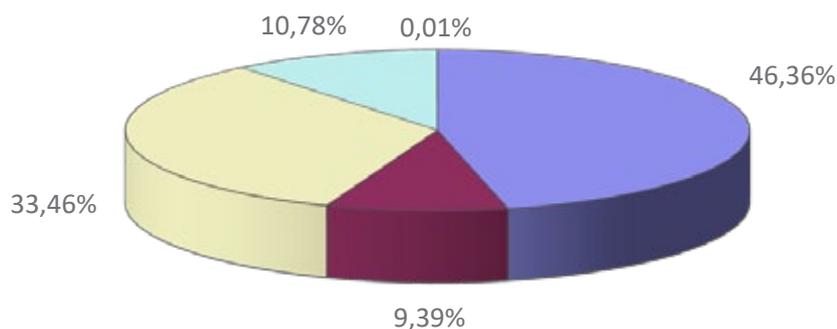
O gráfico nº 2 mostra-nos a evolução da arrecadação dos impostos diretos no período temporal de 2008 a 2018. Este período apresenta-nos uma fase de decréscimo fiscal contínuo (de 2008 a 2010). Nos três exercícios de 2011 a 2013 apresenta-se uma fase de inconstância, com um crescimento em 2011, uma perda em 2012 e, por último, uma recuperação significativa para 2013. De 2013 para 2018 tem-se vindo a registar crescimentos contínuos, calculado em 30,80 milhões de euros (37,34 %).

Quadro nº 3 - Impostos Diretos Municipais (recebimentos) 2018  
Região Alentejo

	2018		
	(€)	%	%
Imposto Municipal sobre Imóveis	52.465.855,42	46,36	8,84
Imposto Único de Circulação (IUC) (ex IMV)	10.624.651,82	9,39	1,79
Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis	37.862.919,94	33,46	6,38
Derrama	12.193.318,92	10,78	2,05
Impostos Abolidos	12.249,99	0,01	0,00
<b>Total Impostos Diretos</b>	<b>113.158.996,09</b>	<b>100,00</b>	<b>19,07</b>
<b>Total das Receitas</b>	<b>593.500.413,79</b>	<b>524,48</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2018  
DSAJAL / DFLM

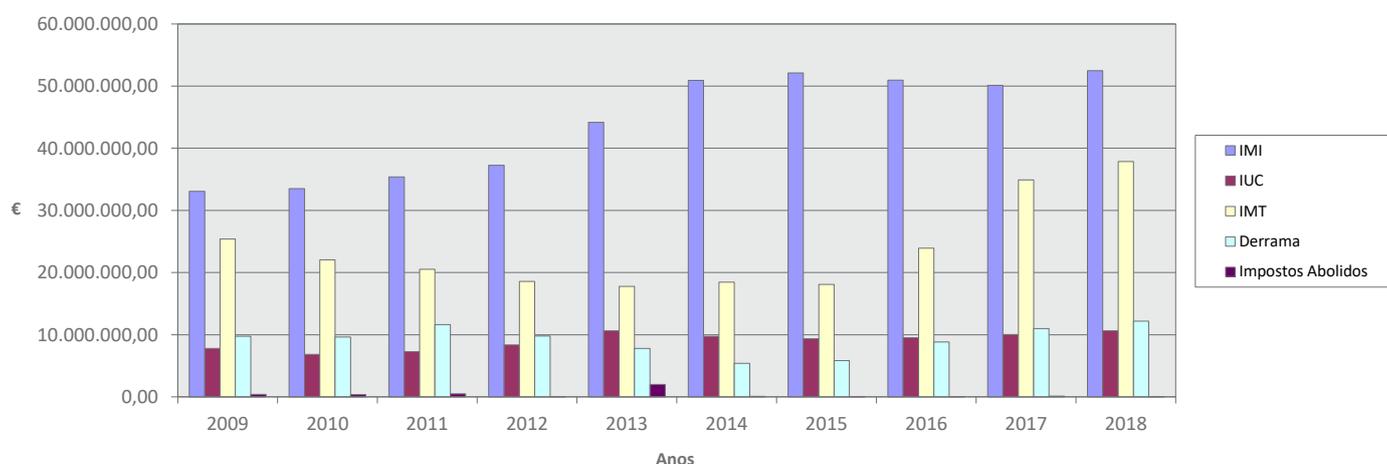
Gráfico nº 3 - Composição dos Impostos Diretos (2018)



Da análise conjugada do quadro nº 3 e gráfico nº 3, refira-se que em 2018 foram arrecadados 113,2 milhões de euros de impostos diretos (19,07 % do total). Em termos de composição interna, em 2018, o imposto com maior arrecadação continuou a ser o imposto municipal sobre imóveis (IMI) com 52,5 milhões de euros (49,36 % do total dos impostos diretos), em segundo lugar continuou a registar o imposto municipal sobre transações (IMT) com uma arrecadação de 37,9 milhões de euros (33,46 % do total destes impostos), seguido da Derrama, com 12,2 milhões de euros (10,78 %). Por fim, vem o IUC, com 10,6 milhões de euros (9,39 % de participação).

O gráfico nº 4 representa a evolução temporal da desagregação dos impostos diretos. Regista-se um acréscimo do IMI de 2017 a 2018 calculado em 4,79 %, bem como significativos crescimentos no mesmo período, do IMT em 8,60 % e, da Derrama em 11,93 %.

Gráfico 4 - Evolução do Recebimento dos Impostos Diretos

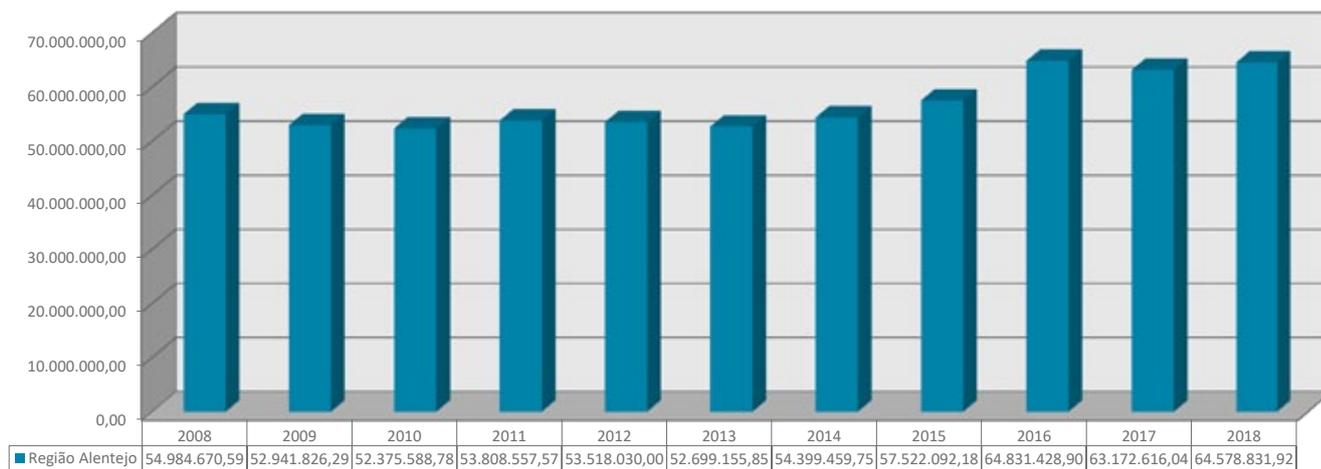


### I - 3 - Outras receitas

#### Venda de bens e serviços

A receita da venda de bens e serviços (gráfico nº 5) tem-se mostrado irregular no decurso do período de análise, registando-se um decréscimo de 2008 a 2010, contrapondo-se um ligeiro acréscimo de 2010 para 2011. De 2011 para 2013 tem-se vindo a registar uma diminuição consecutiva, contrariada por uma subida em 2014 da ordem dos 1,7 milhões de € (3,23 %). Esta tendência de subida foi reforçada em 2015 com uma subida na respetiva cobrança de 3,12 milhões de euros (5,74 %), em 2016 com um acréscimo de 7,3 milhões de euros 12,65 % e uma descida em 2017 de 1,7 milhões de euros (-2,62 %). O ano de 2018 registou um reforço desta receita, com um acréscimo de 1,4 milhões de euros (2,23 %).

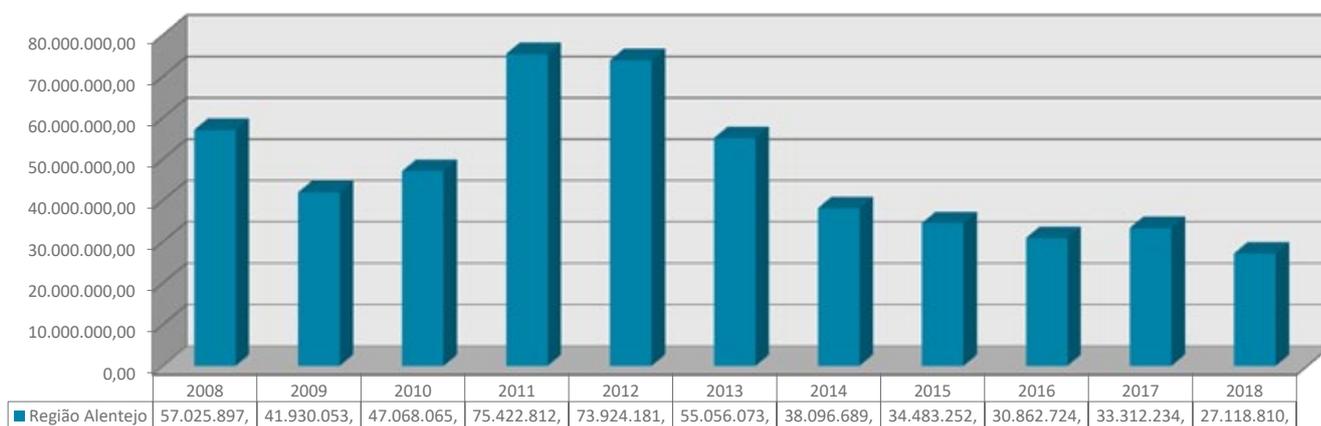
Gráfico nº 5 - Venda de Bens e Serviços



#### Fundos comunitários (capital)

Este tipo de recebimento (gráfico nº 6) continua a ter, no geral, uma evolução irregular e cíclica no período de 2008/2018, embora apresente uma regularidade de decréscimo de 2011 a 2016. De 2009 para 2011 esta receita tem vindo a registar uma evolução de crescimento, em especial, de 2010 para 2011, com um acréscimo de 28,4 milhões de euros (60,24 %), constituindo-se este ano de 2011 no exercício com o montante mais elevado no presente cronograma. De 2011 para 2016 este tipo de proveito vem registando decréscimos consecutivos significativos, muito em especial de 2012 para 2013 com uma quebra acentuada de receita de -25,52 %, calculada em 18,9 milhões de euros e em 2014 com uma diminuição de arrecadação de 16,9 milhões de euros (-30,80 %). O exercício de 2015 apresentou um decréscimo na ordem dos 3,61 milhões de euros (-9,48 %), voltando a registar-se um decréscimo em 2016 de 3,6 milhões de euros (-10,50 %), porém em 2017 registou-se um acréscimo de 2,4 milhões de euros 7,77 %. No entanto, de 2017 a 2018 é registado novo decréscimo de 6,2 milhões de euros (-18,59 %).

Gráfico nº 6 - Fundos Comunitários (de capital)

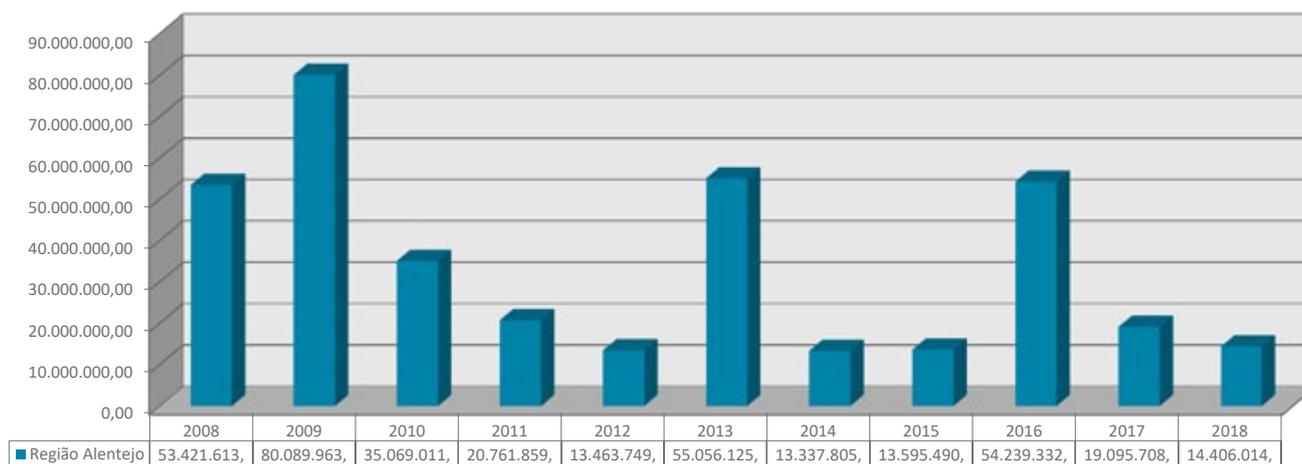


## Passivos financeiros (empréstimos)

Analisando o quadro e gráficos seguintes é possível salientar as seguintes observações:

- Antes demais, refira-se que este tipo de receita agrega empréstimos de curto e de médio e longo prazos, com características diversas, tais como:
  - Os empréstimos de curto prazo têm um período de vida que vai até um ano e o seu objeto é exclusivamente fazer frente às dificuldades de tesouraria;
  - Os empréstimos de médio e longo prazos têm períodos de vida mais longos e o seu objetivo confina-se ao investimento ou ao reequilíbrio e saneamento financeiros.
- Em termos de recebimento global, vide gráfico nº 7, a contração de empréstimos registou, no período de 2008 a 2018 de vários ciclos evolutivos:
  - Um, de 2008 a 2009, de acréscimo firme (ano de maior contração de empréstimos em todo o período) com uma arrecadação recorde de 80 milhões de euros;
  - Outro período, de 2009 a 2012, de contínuo decréscimo de receita, com maior expressão de 2009 a 2010, com uma descida de 56,21 %;
  - Refira-se que, a receita creditícia teve um recuo de 2009 a 2012 da ordem dos 66,6 milhões de euros, (- 83,19 %), resultante de uma menor oferta de crédito e das normas legais mais apertadas no controlo ao endividamento bancário;
  - Em 2013, inicia-se um ciclo de certa indefinição, registando nesse ano um crescimento brutal deste tipo de receita, na ordem dos 308,92 %, acréscimo este de 41,6 milhões de euros;
  - Em 2014 volta a registar-se um forte decréscimo de 41,7 milhões de euros (-75,77 %);
  - O exercício de 2015 apresenta-se estacionário em relação ao ano anterior, com uma ligeiríssima subida de 257,7 milhares de euros (1,93 %);
  - O ano de 2016 apresenta um fortíssimo crescimento deste tipo de receita, com um acréscimo calculado em 40,6 milhões de euros (298,95 %);
  - Em 2017 volta a registar-se um decréscimo de 35,2 milhões de euros (-64,94 %);
  - O exercício de 2018 volta a apresentar uma quebra de 4,6 milhões de euros (-24,56 %).

Gráfico nº 7 - Passivos Financeiros (empréstimos)



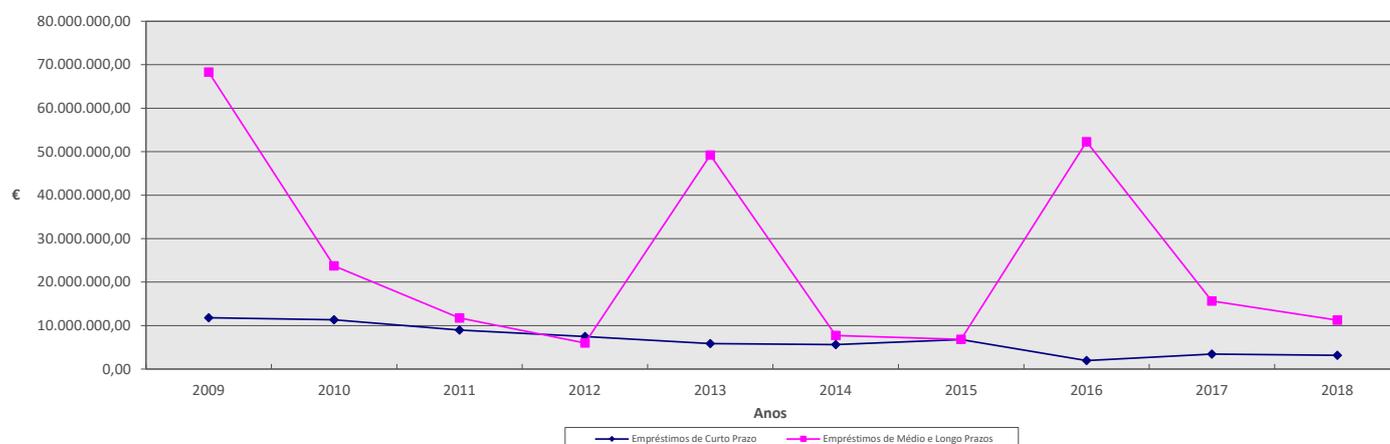
- No quadro nº 4 e gráfico nº 8 observa-se que o crédito a curto prazo teve de 2015 para 2016 um forte decréscimo, na ordem dos 71,18 %, passando de 6,7 milhões de euros de arrecadação para 1,9 milhões. Em 2017 este tipo de crédito volta a crescer, passando de 1,9 milhões de euros para 3,4 milhões, ou seja, 77,31 %, em 2018 o crédito de curto prazo desce novamente, com uma quebra de 307 milhares de euros (-8,88 %). No que se refere ao crédito de médio e longo prazo regista-se situação contrária, passando dos 6,8 milhões de euros em 2015 para os 52,3 milhões de euros em 2016, apresentando assim um crescimento de 665,64 % e descendo em 2017 para os 15,6 milhões de euros, um decréscimo de 70,09 %. No geral, a arrecadação de crédito global cresceu significativamente entre 2015 e 2016,, passando dos 13,6 milhões de euros em 2015 para os 54,2 milhões em 2016, provocando um impacto visível na estrutura regional da receita, descendo significativamente em 2017 para os 19,0 milhões de euros, uma descida de 64,79 %. Para 2018 regista-se uma descida de 4,7 milhões de euros (-24,56 %).

Quadro nº 4 - Receita Desagregada proveniente dos Passivos Financeiros (empréstimos)  
Região Alentejo

		Empréstimos de Curto Prazo	Empréstimos de Médio e Longo Prazos	Total dos Passivos Financeiros (Empréstimos)
2008	€	9.157.931,74	44.263.681,59	53.421.613,33
2009	€	11.808.472,89	68.281.490,42	80.089.963,31
Var %		28,94	54,26	49,92
2010	€	11.324.000,00	23.745.011,30	35.069.011,30
Var %		-4,10	-65,22	-56,21
2011	€	8.988.750,34	11.773.109,38	20.761.859,72
Var %		-20,62	-50,42	-40,80
2012	€	7.478.530,00	5.985.219,24	13.463.749,24
Var %		-16,80	-49,16	-35,15
2013	€	5.846.530,00	49.209.595,36	55.056.125,36
Var %		-21,82	722,19	308,92
2014	€	5.611.000,00	7.726.805,85	13.337.805,85
Var %		-4,03	-84,30	-75,77
2015	€	6.766.000,00	6.829.490,23	13.595.490,23
Var %		20,58	-11,61	1,93
2016	€	1.950.000,00	52.289.332,58	54.239.332,58
Var %		-71,18	665,64	298,95
2017	€	3.457.545,00	15.638.163,42	19.095.708,42
Var %		77,31	-70,09	-64,79
2018	€	3.150.000,00	11.256.014,17	14.406.014,17
Var %		-8,89	-28,02	-24,56

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2018  
DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 8 - Evolução dos Empréstimos Contraídos



## I - 4 - Compromissos (despesa) e Capacidade para Pagar

Quadro nº 5 - Composição dos Compromissos

	Compromissos (despesa) por Pagar no ano anterior (€)	%	Despesa Assumida (compromissos) do Exercício (€)	%	Despesa Assumida (compromissos) para Exercícios Futuros (€)	%	Total dos Compromissos (€)
2011	164.835.300,29	16,79	707.516.486,98	72,05	109.643.200,18	11,17	981.994.987,45
2012	191.455.167,59	20,47	568.060.947,41	60,72	175.989.316,23	18,81	935.505.431,23
Var%	16,15		-19,71		60,51		-4,73
2013	177.477.834,56	18,08	585.062.641,40	59,62	218.837.116,69	22,30	981.377.592,65
Var%	-7,30		2,99		24,35		4,90
2014	132.811.931,85	13,53	530.156.246,05	54,02	252.404.306,70	25,72	915.372.484,60
Var%	-25,17		-9,38		15,34		-6,73
2015	110.426.225,10	11,25	537.505.806,42	54,77	276.309.739,24	28,16	924.241.770,76
Var%	-16,86		1,39		9,47		0,97
2016	91.422.469,92	9,32	571.597.244,20	58,24	343.804.712,25	35,03	1.006.824.426,37
Var%	-17,21		6,34		24,43		8,94
2017	82.293.373,97	8,39	596.889.548,52	60,82	379.261.030,96	38,65	1.058.443.953,45
Var%	-9,99		4,42		10,31		5,13
2018	84.296.418,96	8,59	587.131.004,59	59,83	433.536.304,26	44,18	1.104.963.727,81
Var%	2,43		-1,63		14,31		4,40

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 a 2018  
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 5 aborda os compromissos assumidos (despesa) na sua composição por natureza.

- No que se refere à evolução de 2011 para 2012, mostra-se que, os compromissos brutos por pagar do ano anterior tiveram um crescimento de 16,15 %, ou seja, mais 26,6 milhões de euros, enquanto que de 2012 para 2013 se registou uma diminuição de 7,30 %, ou seja, menos 13,9 milhões de euros, registando uma diminuição mais acentuada em 2014, com menos 25,17 %, continuando o decréscimo em 2015 com menos 22,4 milhões de euros (-16,86 %), 2016 continuou o decréscimo com menos 19 milhões de euros (-17,21 %) e, em 2017 registou-se uma quebra de 9,1 milhões de euros (-9,99 %), no entanto, em 2018 registou-se um ligeiro aumento de 2,0 milhões de euros (2,43 %);
- Os compromissos assumidos no exercício sofreram um decréscimo de 19,71 % em 2012 e, para 2013, registaram um ligeiro aumento de 2,99 %, calculado em 17 milhões de euros, caindo, 9,38% em 2014, apresentando crescimentos consecutivos entre 2015 e 2017 entre os 1,39 % e 6,34 %, contrariando a tendência anterior, em 2018 apresentou-se uma ligeira quebra de 9,8 milhões de euros (-1,63 %);
- Os compromissos para exercícios futuros sofreram crescimentos consecutivos em todo o período (2011 a 2018) mas apresentando taxas de crescimento variáveis sendo o ano mais significativo o de 2012 com 60,51 %. Entre os exercícios de 2011 e 2017, os compromissos para exercícios futuros cresceram 269,6 milhões de euros, com uma taxa de variação positiva de 245,90 %. No ano de 2018 estes compromissos voltaram a crescer 54,3 milhões de euros (14,31 %). Saliente-se, com alguma preocupação, a evolução positiva contínua do peso dos compromissos para exercícios futuros no total dos compromissos assumidos, passando de 11,17 % em 2011 para 44,18 % em 2018, continuando a sobrecarregar, desde já, os próximos exercícios financeiros.

Quadro nº 6 - Capacidade para Pagar

	Compromissos (despesa) por Pagar no ano anterior (€) (1)	Despesa Assumida (compromissos) do Exercício (€) (2)	Total dos Compromissos para o Exercício (€) (3 = 1+2)	Despesa Paga (€) (4)	(4)/(3) %
2011	164 835 300,29	707 516 486,98	872 351 787,27	587 233 962,47	67,32
2012	191 455 167,59	568 060 947,41	759 516 115,00	582 025 412,69	76,63
Var%	16,15	-19,71	-12,93	-0,89	
2013	177 477 834,56	585 062 641,40	762 540 475,96	623 585 230,10	81,78
Var%	-7,30	2,99	0,40	7,14	
2014	132 811 931,85	530 156 246,05	662 968 177,90	548 963 794,05	82,80
Var%	-25,17	-9,38	-13,06	-11,97	
2015	110 426 225,10	537 505 806,42	647 932 031,52	554 509 551,80	85,58
Var%	-16,86	1,39	-2,27	1,01	
2016	91 422 469,92	571 597 244,20	663 019 714,12	579 627 506,71	87,42
Var%	-17,21	6,34	2,33	4,53	
2017	82 293 373,97	596 889 548,52	679 182 922,49	596 046 536,69	87,76
Var%	-9,99	4,42	2,44	2,83	
2018	84 296 418,96	587 131 004,59	671 427 423,55	585 309 482,05	87,17
Var%	2,43	-1,63	-1,14	-1,80	

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 a 2018  
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 6 mostra-nos a capacidade (financeira e/ou de tesouraria) de pagar os compromissos entretanto assumidos, através da relação entre a despesa paga e o acumulado dos compromissos brutos por pagar transitados e os compromissos assumidos no exercício, a esta relação titulouse-se como capacidade para pagar. A evolução de 2011 para 2017 mostra-se positiva, com taxas crescentes e contínuas, passando de uma taxa de 67,32 % em 2011 para 87,76 % em 2017. No entanto em 2018 registou-se uma quebra, mesmo que ligeira, nesta taxa, passando de 87,76 % em 2017 para 86,98 % em 2018. Contudo, continua a ser aconselhável que se aplique todos os esforços em alcançar taxas superiores, mostrando assim que as administrações municipais têm capacidade em conseguir honrar atempadamente os seus compromissos, pagando-os.

### I - 5 - Despesa paga

O presente bloco apresenta-nos as despesas pagas em 2018, a evolução da despesa total no período 2008/2018 e a relação entre a despesa paga em 2011/2018 originária em exercícios anteriores e o total da despesa paga no ano.

Quadro nº 7 - Despesas Totais Municipais (pagamentos) - Exercício de 2018  
Região Alentejo

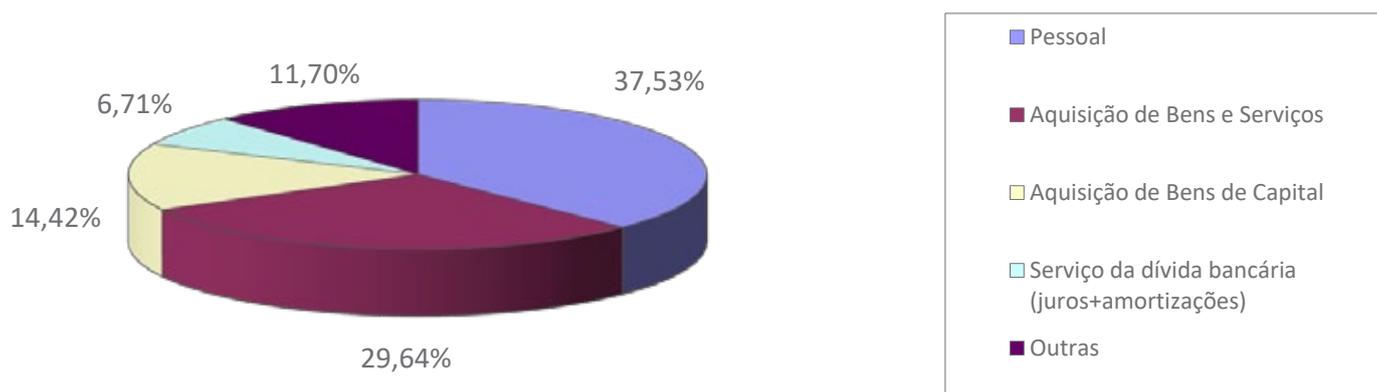
	Montante (€)	%
Pessoal	219.679.113,20	37,53
Aquisição de Bens e Serviços	173.492.321,20	29,64
Transferências Correntes	43.657.855,78	7,46
Encargos Financeiros (Juros)	4.889.615,06	0,84
Subsídios	616.843,43	0,11
Outras Despesas Correntes	8.534.180,08	1,46
Aquisição de Bens de Capital	84.411.731,89	14,42
Transferências de Capital	11.047.981,16	1,89
Ativos Financeiros	3.204.948,46	0,55
Passivos Financeiros (Amortizações)	34.360.526,21	5,87
Outras Despesas de Capital	1.414.365,58	0,24
<b>Total das Despesas</b>	<b>585.309.482,05</b>	<b>100,00</b>
	<b>117.344.015.580 Esc.</b>	

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2018  
DSAJAL / DFLM

Assim:

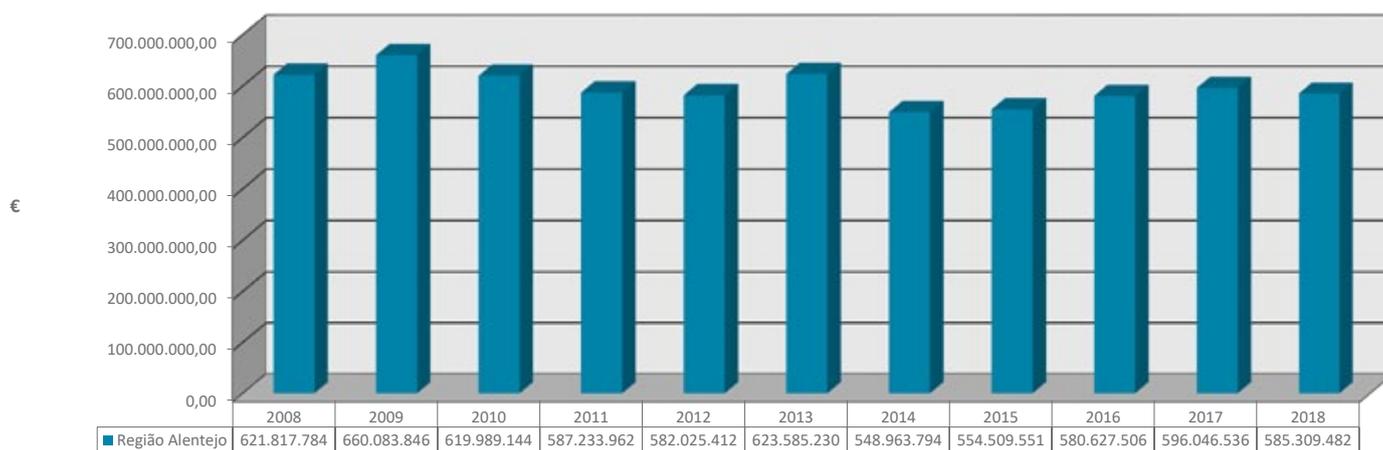
- No exercício de 2018, as maiores despesas foram relativas a:
  - Pessoal (219,7 milhões de euros) com 37,53 % de participação;
  - Aquisição de bens e serviços correntes (173,5 milhões de euros) 29,64 % de participação;
  - Aquisição de bens de capital (84,4 milhões de euros) com 14,42 %;
  - Transferências Correntes com 43,7 milhões de euros (7,46 %).

Gráfico nº 9 - Composição das Principais Despesas - 2018



No que toca à evolução temporal da despesa global, o gráfico 10 mostra-nos um decréscimo contínuo desde 2009, ano em que se atingiu o montante mais elevado de pagamentos totais, com o montante de 660 milhões de euros, até 2012. Contudo, de 2012 para 2013 a despesa global cresceu 7,14 %, no montante de 41,6 milhões de euros. Registe-se que entre 2009 e 2012 as administrações municipais alentejanas, no seu conjunto gastaram menos 78 milhões de euros. De 2013 para 2014 o total da despesa desceu 74,6 milhões de euros, ou seja, sofreu um decréscimo de 11,97 %. No entanto, de 2014 para 2017 o global da despesa subiu 47,10 milhões de euros (8,58 %). De 2017 a 2018 a despesa global voltou a descer, com menos de 10,7 milhões de euros (-1,80 %).

Gráfico nº 10 - Despesa Total



Quadro nº 8 - Despesa Paga - por Exercício - Região Alentejo

	TOTAL (corrente+capital) (€) (a)	Despesa do Exercício Corrente (€) (b)	Despesa de Exercícios Anteriores (€) (c)	(c) / (a) %
2009 *	478.568.498,41	405.132.070,18	73.436.428,23	15,35
2010 *	421.524.775,24	362.664.897,56	58.859.877,68	13,96
2011 *	418.906.960,43	370.901.204,93	48.005.755,50	11,46
2012 *	415.063.324,63	370.247.027,76	44.816.296,87	10,80
2013 *	451.786.322,40	385.817.770,50	65.968.551,90	14,60
2011 **	541.558.758,25	478.890.423,41	62.668.334,84	11,57
2012 ***	564.791.598,92	490.240.089,34	74.551.509,58	13,20
2013 ****	623.585.230,10	530.202.960,66	93.382.269,44	14,98
2014 ****	548.963.794,05	478.657.473,57	70.306.320,48	12,81
2015 ****	554.509.551,80	502.817.852,02	51.691.699,78	9,32
2016 ****	579.627.506,71	515.690.406,30	63.937.100,41	11,03
2017 ****	596.046.536,69	554.336.737,84	41.709.798,85	7,00
2018 ****	585.309.482,05	537.786.816,58	47.522.665,47	8,12

Fonte:

\* Prestações de Contas de 34 municípios (idênticos) nos 5 anos (72,34 % da Região)

\*\* Prestações de Contas de 44 municípios (93,61 % da Região)

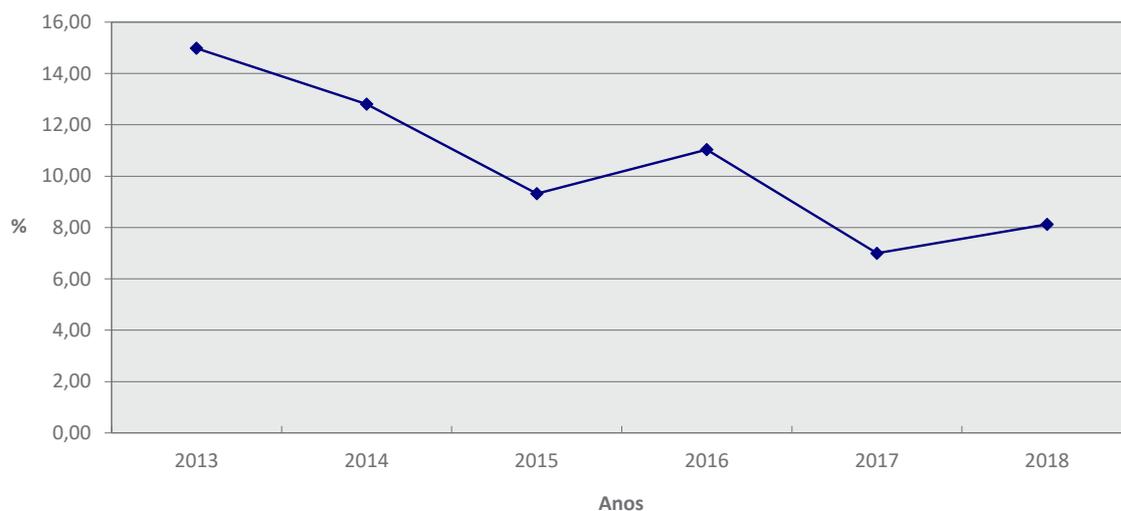
\*\*\* Prestações de Contas de 46 municípios (97,87 % da Região)

\*\*\*\* Prestações de Contas dos 47 municípios da Região

DSAJAL / DFLM

A despesa paga derivada de compromissos assumidos em exercícios anteriores (Quadro nº 8), de 2013 a 2018, em relação ao total da despesa paga, tem vindo, no geral, a diminuir no período de análise, assumindo no ano de 2017 o seu valor mais baixo (7,00 %) alcançando um montante de 41,7 milhões de euros. O ano de 2018 apresenta-nos um aumento desta relação, passando para os 8,12 %, para os 47,5 milhões de euros.

Gráfico nº 11 - Relação Entre Despesa Paga Referente a Exercícios Anteriores e o Total da Despesa Paga (Região)



## I - 6 - Despesa com pessoal

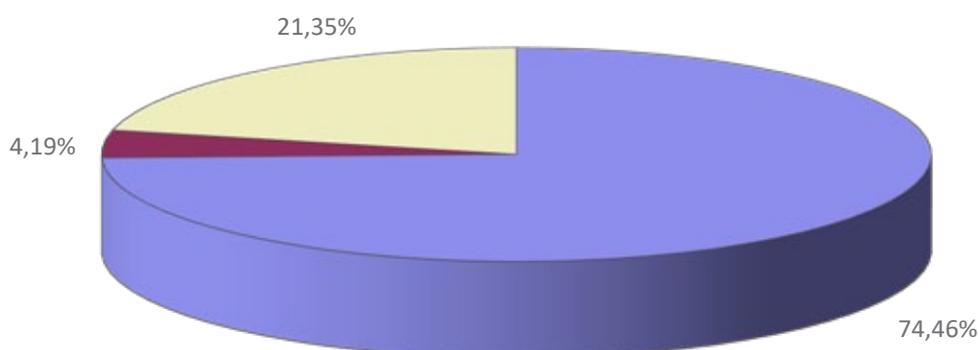
Quadro nº 9 - Despesa com Pessoal (pagamentos) 2018  
Região Alentejo

	2018		
	(€)	%	%
Remunerações Certas e Permanentes	163.570.134,50	74,46	27,95
Abonos Variáveis ou Eventuais	9.209.288,26	4,19	1,57
Segurança Social	46.899.690,44	21,35	8,01
<b>Total das Despesas com Pessoal</b>	<b>219.679.113,20</b>	<b>100,00</b>	<b>37,53</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>585.309.482,05</b>		<b>100,00</b>

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2018  
DSAJAL / DFLM

No exercício de 2018 a administração municipal pagou, em termos de despesa com pessoal, 219,7 milhões de euros, 37,53 % do total da despesa executada neste ano. Deste montante, a fatia maioritária continua naturalmente a caber às remunerações certas e permanentes com 163,6 milhões de euros (74,46 % do total deste tipo de encargos), ficando a segurança social com 21,35 % de participação.

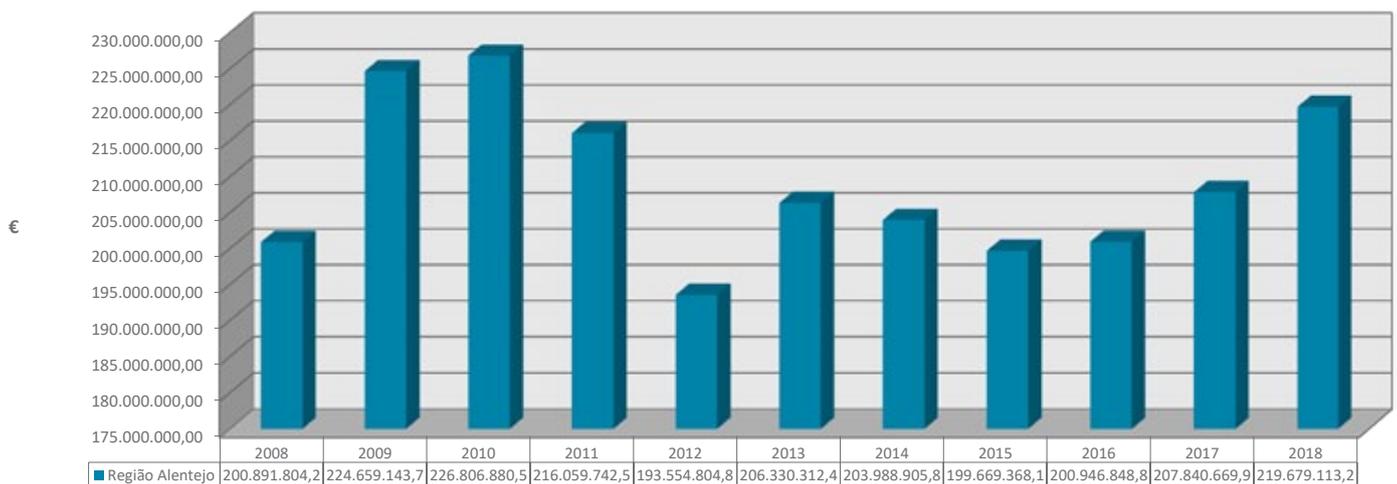
Gráfico nº 12 - Composição das Despesas com o Pessoal (2018)



■ Remunerações Certas e Permanentes	■ Abonos Variáveis ou Eventuais	■ Segurança Social
-------------------------------------	---------------------------------	--------------------

No que toca à evolução da despesa com pessoal no período 2008/2018, esta apresentou um crescimento contínuo e firme entre 2008 a 2010 (ano em que atingiu o pico mais elevado de pagamento) no valor de 226 milhões de euros. De 2010 para 2012 registou-se uma fase de decréscimos, mais importante entre 2011/2012 com uma quebra de 22,5 milhões de euros, (-10,42 %). De 2012 para 2013, no entanto, a despesa com pessoal cresceu em 12,8 milhões (6,60 %). De 2013 para 2015 esta despesa voltou a decrescer com 2,3 milhões de euros (-1,13 %) em 2014 e 4,3 milhões de euros (-2,12 %) em 2015 e sofreu um ligeiríssimo crescimento em 2016 calculado em 1,3 milhões de euros (0,64 %). No exercício de 2017 a despesa com Pessoal cresceu 6,9 milhões de euros (3,43 %). De 2017 para 2018, este tipo de despesa voltou a crescer, no montante de 11,8 milhões de euros (5,70 %).

Gráfico nº 13 - Despesas com o Pessoal



O quadro nº 10 mostra-nos a evolução da despesa com o pessoal desagregada, entre 2008 e 2018, podendo-se explicitar as seguintes observações:

- A despesa global decresceu, de 2017 para 2018, 1,80 % (atingindo os 585,3 milhões de euros);
- A despesa com pessoal cresceu 5,70 % em 2018, atingindo os 219,7 milhões de euros;
- Em 2018 as componentes da despesa com pessoal tiveram a seguinte dinâmica:
  - As remunerações certas e permanentes tiveram um crescimento calculado em 5,52 %;
  - Os abonos variáveis ou eventuais cresceram 10,27 %;
  - Por fim, a segurança social cresceu 5,47 % em 2018, atingindo os 46,9 milhões de euros.

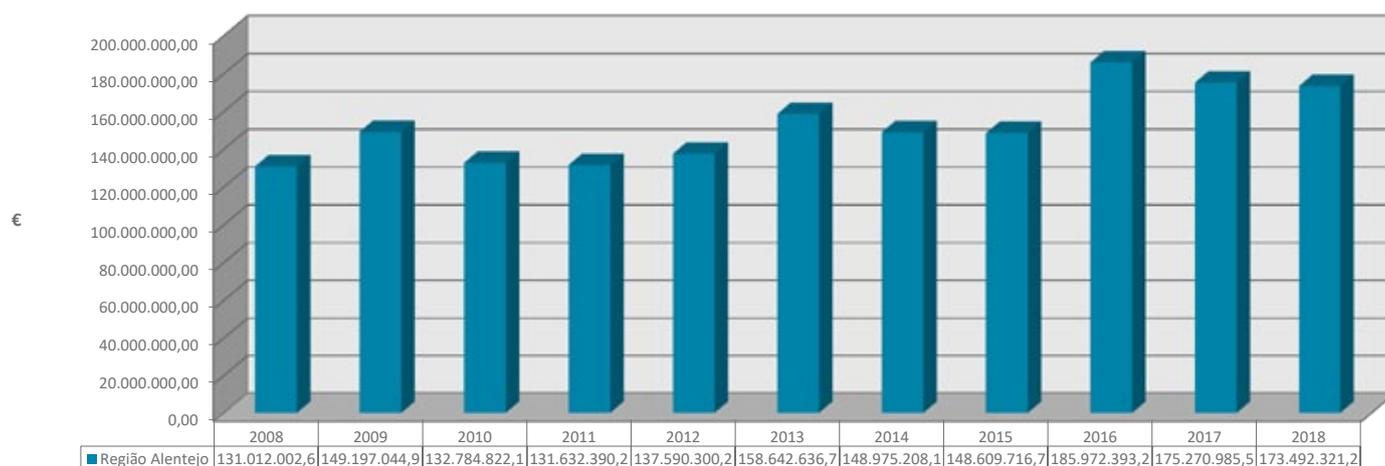
Quadro nº 10 - Evolução da Composição da Despesa com Pessoal (pagamentos)  
Região Alentejo

	Remunerações Certas e Permanentes	Abonos Variáveis ou Eventuais	Segurança Social	Total das Despesas com Pessoal	Total das Despesas
2008	€ 156.830.605,93	12.181.529,54	31.879.668,82	200.891.804,29	621.817.784,01
2009	€ 175.563.218,83	12.975.408,11	36.120.516,77	224.659.143,71	660.083.846,82
Var %	11,94	6,52	13,30	11,83	6,15
2010	€ 176.056.867,23	11.763.407,96	38.986.605,34	226.806.880,52	619.989.144,93
Var %	0,28	-9,34	7,93	0,96	-6,07
2011	€ 169.393.622,51	9.890.921,36	36.775.198,63	216.059.742,50	587.233.962,47
Var %	-3,78	-15,92	-5,67	-4,74	-5,28
2012	€ 151.730.870,52	7.628.595,25	34.195.339,07	193.554.804,84	582.025.412,69
Var %	-10,43	-22,87	-7,02	-10,42	-0,89
2013	€ 158.916.360,14	7.003.438,33	40.410.514,02	206.330.312,49	623.585.230,10
Var %	4,74	-8,19	18,18	6,60	7,14
2014	€ 152.212.452,68	6.768.520,09	45.007.933,12	203.988.905,89	548.963.794,05
Var %	-4,22	-3,35	11,38	-1,13	-11,97
2015	€ 148.868.685,35	6.953.756,09	43.846.926,67	199.669.368,11	554.509.551,80
Var %	-2,20	2,74	-2,58	-2,12	1,01
2016	€ 149.757.416,06	7.470.026,92	43.719.405,89	200.946.848,87	580.627.506,71
Var %	0,60	7,42	-0,29	0,64	4,71
2017	€ 155.019.792,86	8.351.713,91	44.469.163,22	207.840.669,99	596.046.536,69
Var %	3,51	11,80	1,71	3,43	2,66
2018	€ 163.570.134,50	9.209.288,26	46.899.690,44	219.679.113,20	585.309.482,05
Var %	5,52	10,27	5,47	5,70	-1,80

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2018  
DSAJAL / DFLM

## I - 7 - Aquisição de bens e serviços

Gráfico nº 14 - Aquisição de Bens e Serviços



No que se refere à evolução deste tipo de despesa, ela mostra, nos últimos anos, um decréscimo desde 2009, mais acentuado entre 2009/2010 (-11,00 %) e uma quase estabilização para 2011, com uma variação de (-0,87 %) uma perda de 1,1 milhões de euros. Contudo, em 2012 e, essencialmente em 2013, o pagamento desta despesa voltou a crescer, 5,9 milhões de euros (4,53 %) em 2012 e 21,1 milhões de euros (15,30 %) em 2013. Em 2014 esta despesa registou uma quebra de 9,6 milhões de euros (-6,09 %), voltando a cair 0,25 % em 2015 (365 milhares de euros). No entanto, em 2016, a despesa com a aquisição de bens e serviços cresceu 37,4 milhões de euros (25,14 %), tornando este ano o de maior registo em todo o período de análise. Em 2017 esta despesa decresceu 10,7 milhões de euros, uma quebra calculada em 5,76 %. No ano 2018 voltou a cair em 1,8 milhões de euros (-1,01 %).

Quadro nº 11 - Aquisição de Bens e Serviços - despesa paga  
Região Alentejo

	TOTAL (€)	Aquisição de Bens (€)	%	Aquisição de Serviços (€)
2010	132.784.822,18	35.420.286,90	26,67	97.364.535,28
2011	131.632.390,29	36.428.583,44	27,67	95.203.806,85
Var %	-0,87	2,85		-2,22
2012	137.590.300,25	39.616.868,95	28,79	97.973.431,30
Var %	4,53	8,75		2,91
2013	158.642.636,74	51.754.362,40	32,62	106.888.274,34
Var %	15,30	30,64		9,10
2014	148.975.208,15	48.022.673,05	32,24	100.952.535,10
Var %	-6,09	-7,21		-5,55
2015	148.609.716,74	42.465.544,29	28,58	106.144.172,45
Var %	-0,25	-11,57		5,14
2016	185.972.393,29	60.464.210,84	32,51	125.508.182,45
Var %	25,14	42,38		18,24
2017	175.270.985,63	47.951.095,51	27,36	127.319.890,12
Var %	-5,75	-20,70		1,44
2018	173.492.321,20	47.667.503,71	27,48	125.824.817,49
Var %	-1,01	-0,59		-1,17

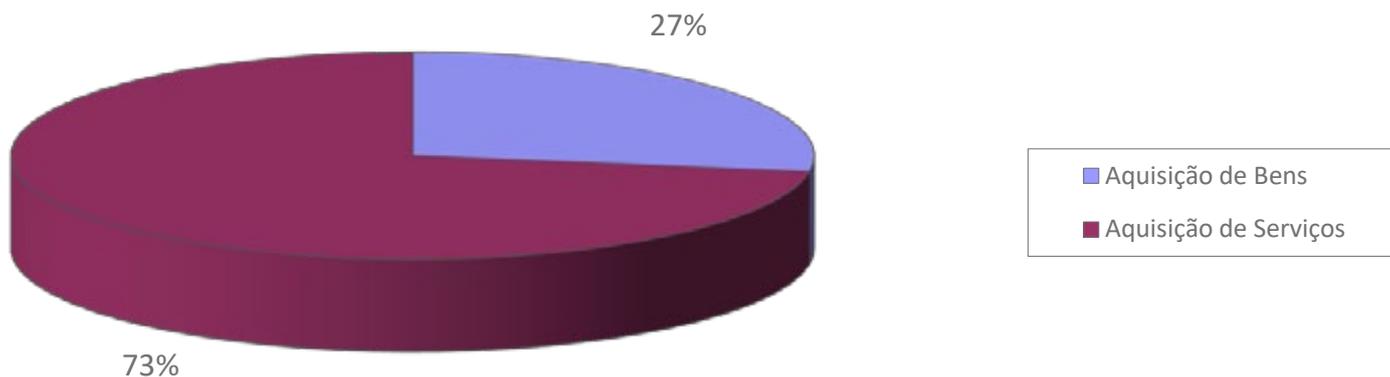
Fonte: Prestações de Contas dos 47 municípios referente ao período de 2010 a 2018  
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 11 e o gráfico nº 15 mostram-nos o seguinte:

- A componente de aquisição de bens tem vindo a registar um crescimento constante e firme entre 2010 e 2013, muito em especial em 2012/2013. Este tipo de despesa aumentou, entre 2010/2011, 2,85 %, registando um aumento mais visível em 2012, com uma taxa de 8,75 %, contudo, em 2013, o acréscimo foi mais significativo com mais 12,1 milhões de euros (30,64 %). No entanto, a aquisição de bens sofreu decréscimos consecutivos em 2014 de 7,21 % e, com mais expressão em 2015 (-11,57 %), em 2016 esta despesa teve um crescimento substancial de 17,9 milhões de euros (42,38 %). No entanto em 2017 a aquisição de bens teve uma perda de 20,70 %, menos 12,5 milhões de euros, voltando a decrescer em 2018, agora com menor impacto, em 292 milhares de euros (-0,59 %);

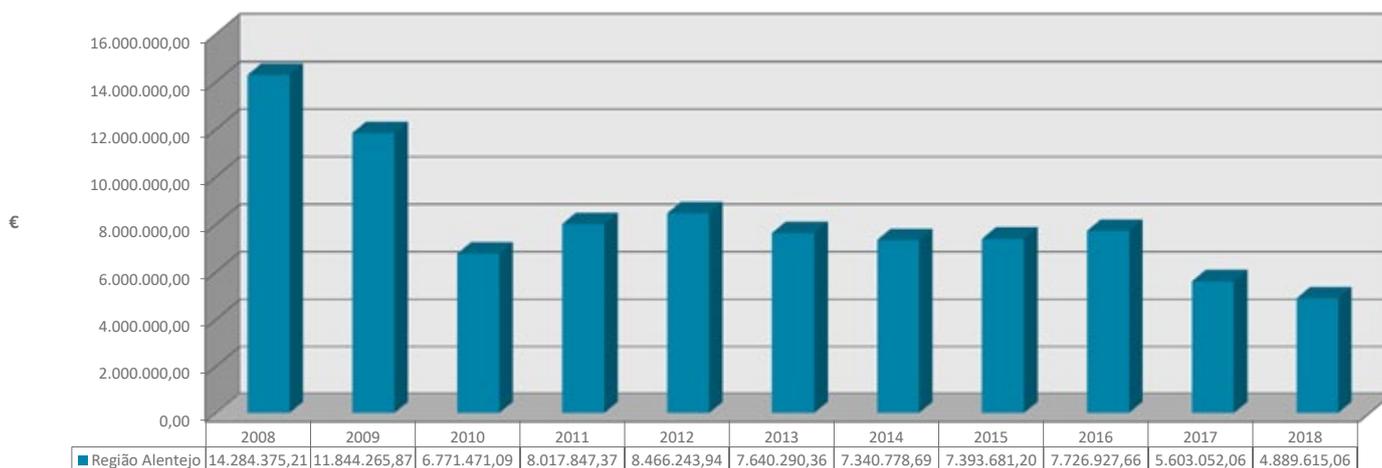
- A parcela referente à aquisição de serviços decresceu 2,22 % de 2010/2011, apresentando aumentos para os anos seguintes de 2,91 % para 2012 e 9,10 % em 2013 e uma diminuição de 5,55 % em 2014 e, novamente um crescimento de 5,14 % em 2015 e de 18,24 % em 2016, voltando a crescer (1,44 %) em 2017, contudo, em 2018 este tipo de despesa voltar a registar uma quebra de 1,17 %;
- Do total da rubrica (aquisição de bens e serviços) a parcela adstrita à aquisição de bens tem oscilado, no período 2010/2018, entre os 26,67 % e os 32,62 %, continuando a mostrar que os municípios ainda adquirirem, externamente, maioritariamente serviços.

Gráfico nº 15 - Composição da Aquisição de Bens e Serviços em 2018



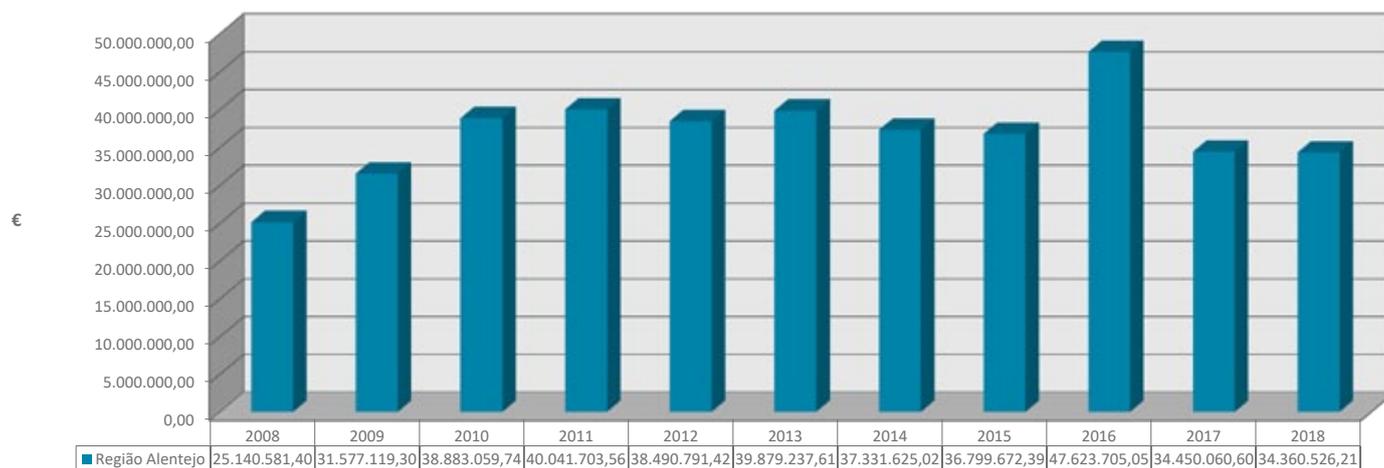
## I - 8 - Serviço da dívida bancária

Gráfico nº 16 - Encargos Financeiros (juros)



No que toca à despesa paga através dos juros de empréstimos, notamos um período de descidas (de 2008 até 2010). De 2010 a 2012 a rubrica de juros teve subidas constantes, apresentando uma descida para 2013 de 825,9 mil euros (-9,76 %). Em 2014 a despesa com os Juros voltou a descer, no montante de 299,5 mil euros (-3,92 %), subindo muito ligeiramente 53 mil euros em 2015, (0,72 %) e 333,2 mil euros (4,51 %) em 2016, apresentando quebras para 2017 de 2,1 milhões de euros (-27,27 %) e 2018 de 714 mil euros (-12,74 %).

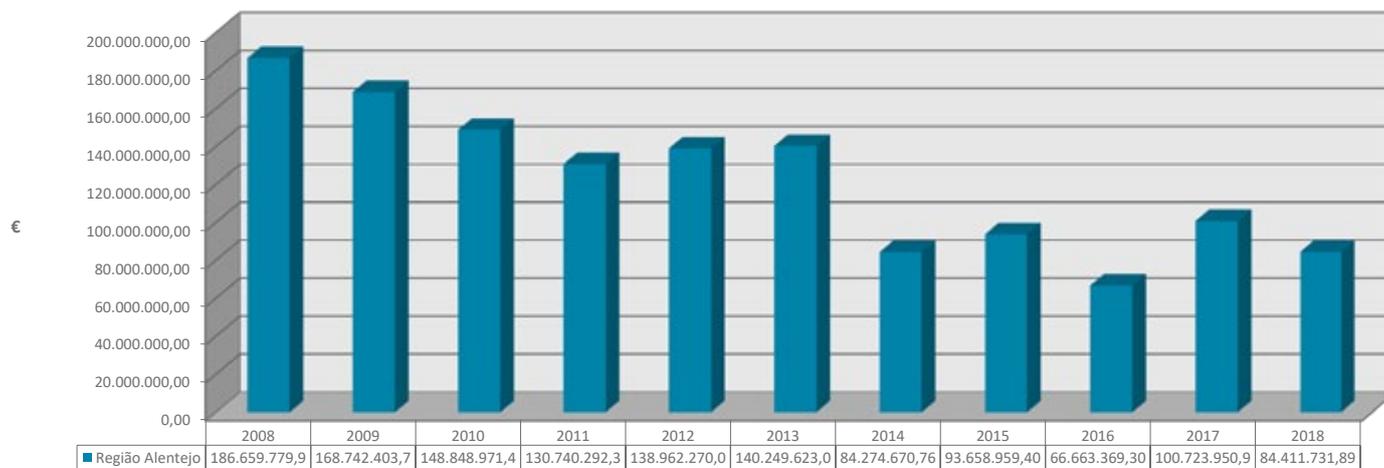
Gráfico nº 17 - Passivos Financeiros (amortizações)



No que se refere à despesa com amortizações de empréstimos (gráfico nº 17), observa-se um contínuo crescimento de 2008 até 2011, registando em 2012/2013 uma instabilidade, com um decréscimo em 2012 de 1,5 milhões de euros (-3,87 %) e um crescimento, para 2013, de 1,4 milhões de euros (3,61 %). Em 2014 esta despesa voltou a descer 2,5 milhões de euros, registando uma quebra de 6,39 %, continuando a sua quebra em 2015 com menos 532 milhares de euros (-1,42 %). Em 2016 os passivos financeiros registaram um crescimento significativo de 10,8 milhões de euros (29,41 %), voltando a decrescer 13,2 milhões de euros em 2017, (-27,73 %). No exercício de 2018 as amortizações decresceram muito ligeiramente, na ordem dos 90 mil euros (-0,26 %).

### I - 9 - Aquisição de bens de capital

Gráfico nº 18 - Aquisição de Bens de Capital



A aquisição de bens de capital (vide gráfico supra) tem mostrado os seguintes ciclos de evolução:

- Um ciclo, de 2008 a 2011, de decréscimos sucessivos;
- Um ciclo em 2012 com um crescimento de 8,2 milhões de euros e 6,29 % de variação e para 2013 novo crescimento de 1,3 milhões de euros (0,93 %);
- Em 2014 regista-se um valor dos mais baixos de todo o período de análise (2008 a 2018), com uma perda de 55,9 milhões de euros, representando uma quebra de 39,91 % em relação a 2013;
- A aquisição de bens de capital recuperou 9,4 milhões de euros (11,14%) em 2015;
- Contudo, em 2016 a aquisição de bens de capital voltou a registar mais uma descida, até ao valor mais baixo do período (2008/2018), decrescendo 26,9 milhões de euros (-28,82 %);
- Em 2017 esta despesa de investimento (aquisição de bens de capital) voltou a subir fortemente a níveis de 2015, com um incremento de 34,1 milhões de euros (51,09 %);
- No exercício de 2018 este tipo de despesa voltou a cair no montante de 16,3 milhões de euros (-16,19 %).

O quadro nº 12 mostra-nos a evolução da composição da aquisição de bens de capital de 2010 a 2018.

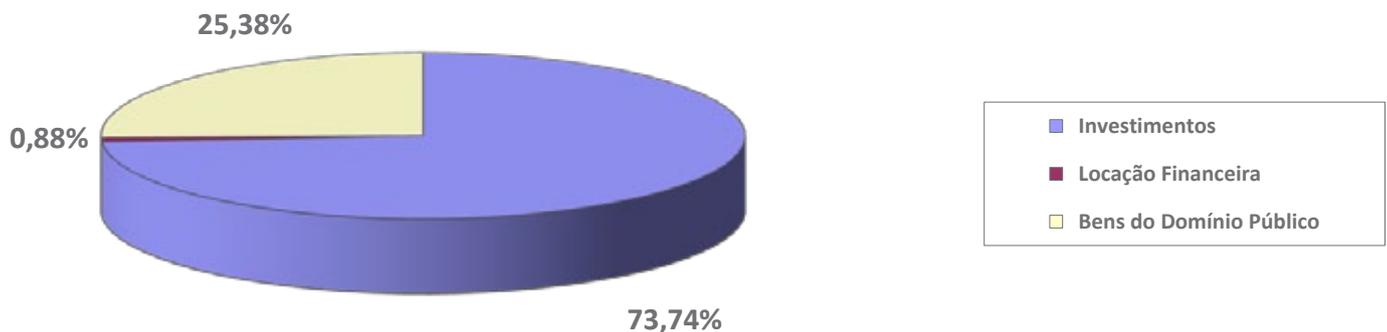
Quadro nº 12 - Composição da Aquisição de Bens de Capital - despesa paga  
Região Alentejo

	Total da Aquisição de Bens de Capital	%	Investimentos	%	Locação Financeira	%	Bens do Domínio Público	%
2010	€ 148.848.971,46	100,00	113.740.607,73	76,41	1.770.754,68	1,19	33.337.609,05	22,40
2011	€ 130.740.292,38	100,00	95.626.307,10	73,14	1.385.980,67	1,06	33.728.004,61	25,80
Var %	-12,17		-15,93		-21,73		1,17	
2012	€ 138.962.300,06	100,00	107.840.612,42	77,60	1.255.423,58	0,90	29.866.264,06	21,49
Var %	6,29		12,77		-9,42		-11,45	
2013	€ 140.249.623,04	100,00	116.241.504,68	82,88	883.923,14	0,63	23.124.195,22	16,49
Var %	0,93		7,79		-29,59		-22,57	
2014	€ 84.274.670,76	100,00	66.972.657,28	79,47	696.801,11	0,83	16.605.212,37	19,70
Var %	-39,91		-42,38		-21,17		-28,19	
2015	€ 93.658.959,40	100,00	70.800.945,77	75,59	3.155.632,73	3,37	19.702.380,90	21,04
Var %	11,14		5,72		352,87		18,65	
2016	€ 66.663.369,30	100,00	52.509.251,12	78,77	632.204,30	0,95	13.521.913,88	20,28
Var %	-28,82		-25,84		-79,97		-31,37	
2017	€ 100.723.950,90	100,00	73.780.298,72	73,25	697.587,97	0,69	26.246.064,21	26,06
Var %	51,09		40,51		10,34		94,10	
2018	€ 84.411.731,89	100,00	62.245.494,66	73,74	741.548,69	0,88	21.424.688,54	25,38
Var %	-16,19		-15,63		6,30		-18,37	

Fonte: Prestações de Contas dos 47 municípios referente ao período de 2010 a 2018  
DSAJAL / DFLM

No que toca às grandes componentes da aquisição de bens de capital (ver quadro nº 12 e gráfico nº 19), o mais significativo é o investimento, com quotas de composição que variam entre os 73 % e os 83 %, seguido dos bens de domínio público com quotas de participação que rondam entre os 16 a 26 %.

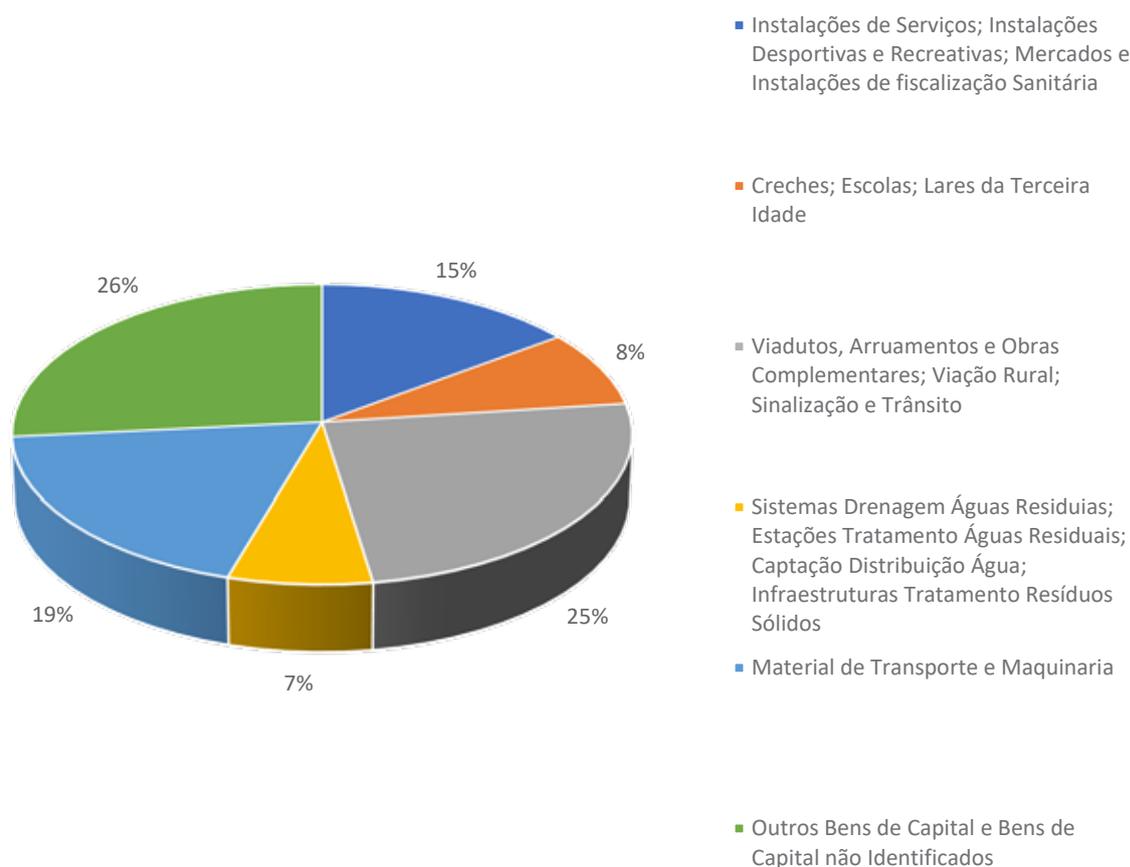
Gráfico nº 19 - Composição da Aquisição de Bens de Capital - 2018



Quadro nº 13 - Composição da Aquisição de Bens de Capital (por natureza) - despesa paga  
Região Alentejo

	Total da Aquisição de Bens de Capital	Instalações de Serviços; Instalações Desportivas e Recreativas; Mercados e Instalações de fiscalização Sanitária	%	Creches; Escolas; Lares da Terceira Idade	%	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares; Viação Rural; Sinalização e Trânsito	%	Sistemas Drenagem Águas Residuais; Estações Tratamento Águas Residuais; Captação Distribuição Água; Infraestruturas Tratamento Resíduos Sólidos	%	Material de Transporte e Maquinaria	%	Outros Bens de Capital e Bens de Capital não Identificados	%
2010	148.848.971,46	20.578.978,91	13,83	22.002.879,40	14,78	43.988.327,78	29,55	6.930.777,14	4,66	3.658.910,06	2,46	51.689.098,17	34,73
2011	130.740.292,38	14.868.791,25	11,37	19.569.999,24	14,97	38.367.759,62	29,35	7.594.386,31	5,81	16.503.898,23	12,62	33.835.457,73	25,88
Var %	-12,17	-27,75		-11,06		-12,78		9,57		351,06		-34,54	
2012	138.962.300,06	18.287.701,27	13,16	18.029.161,36	12,97	37.241.815,95	26,80	7.884.655,42	5,67	14.948.283,59	10,76	42.570.682,47	30,63
Var %	6,29	22,99		-7,87		-2,93		3,82		-9,43		25,82	
2013	140.249.623,04	19.336.469,86	13,79	20.910.073,32	14,91	36.552.902,54	26,06	5.809.676,52	4,14	15.832.124,85	11,29	41.808.375,95	29,81
Var %	0,93	5,73		15,98		-1,85		-26,32		5,91		-1,79	
2014	84.274.670,76	8.592.352,15	10,20	15.124.518,97	17,95	23.796.277,82	28,24	4.219.767,66	5,01	12.517.672,69	14,85	20.024.081,47	23,76
Var %	-39,91	-55,56		-27,67		-34,90		-27,37		-20,93		-52,11	
2015	93.658.959,40	11.222.218,31	11,98	9.436.255,85	10,08	17.268.574,55	18,44	6.611.361,03	7,06	17.340.682,35	18,51	31.779.867,31	33,93
Var %	11,14	30,61		-37,61		-27,43		56,68		38,53		58,71	
2016	66.663.369,30	8.338.653,57	12,51	2.212.207,84	3,32	13.167.476,37	19,75	3.856.182,19	5,78	13.050.009,33	19,58	26.038.840,00	39,06
Var %	-28,82	-25,70		-76,56		-23,75		-41,67		-24,74		-18,06	
2017	100.723.950,90	16.156.767,66	16,04	4.287.350,57	4,26	29.372.673,37	29,16	5.015.893,05	4,98	18.003.265,73	17,87	27.888.000,52	27,69
Var %	51,09	93,76		93,80		123,07		30,07		37,96		7,10	
2018	84.411.731,89	12.454.685,60	14,75	6.955.407,33	8,24	20.739.266,94	24,57	5.901.337,77	6,99	15.945.992,14	18,89	22.415.042,11	26,55
Var %	-16,19	-22,91		62,23		-29,39		17,65		-11,43		-19,62	

Fonte: Prestações de Contas dos 47 municípios referente ao período de 2010 a 2018  
DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 20 - Composição da Aquisição de Bens de Capital (por natureza)  
- despesa paga - 2018

O quadro nº 13 e o gráfico nº 20 mostra-nos a análise da composição da aquisição de bens de capital por natureza, evidenciando-se algumas tipificações.

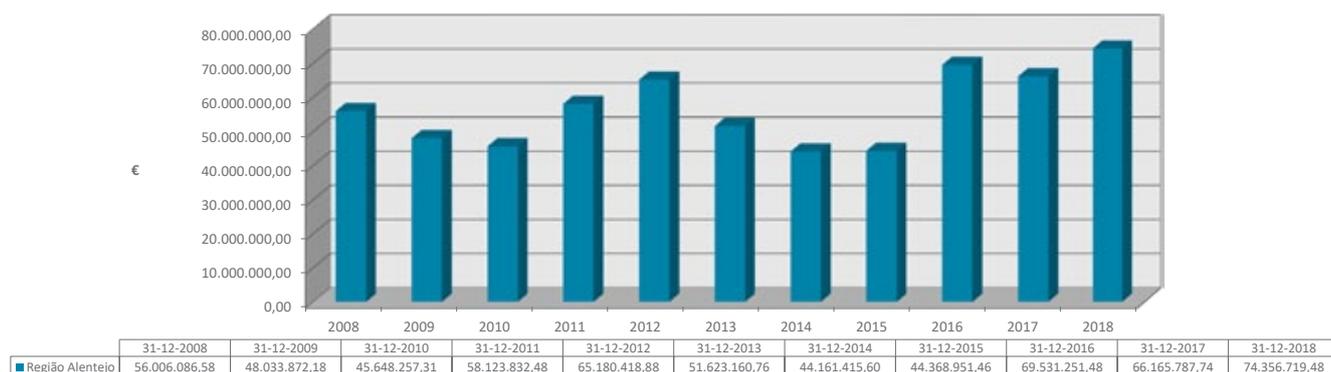
As duas tipificações (excluindo a rubrica residual) mais importantes nos bens de capital dos municípios são, as creches, escolas e lares da terceira idade e os viadutos, arruamentos e obras complementares para os anos 2010, 2011, 2013 e 2014. Em 2012 foram os viadutos, arruamentos e obras complementares e as instalações de serviços, instalações desportivas e recreativas, mercados e instalações de fiscalização sanitária, sendo em 2015 o material de transporte e os viadutos, arruamentos e obras complementares. Nos exercícios de 2016 a 2018 evidenciam-se os viadutos, arruamentos e obras complementares e o material de transporte e maquinaria.

## I - 10 - Saldos

O gráfico nº 21 apresenta-nos a evolução dos saldos de operações orçamentais, em termos de caixa, que consiste no saldo inicial do exercício mais os recebimentos do ano menos os pagamentos do mesmo ano, de verbas próprias da autarquia.

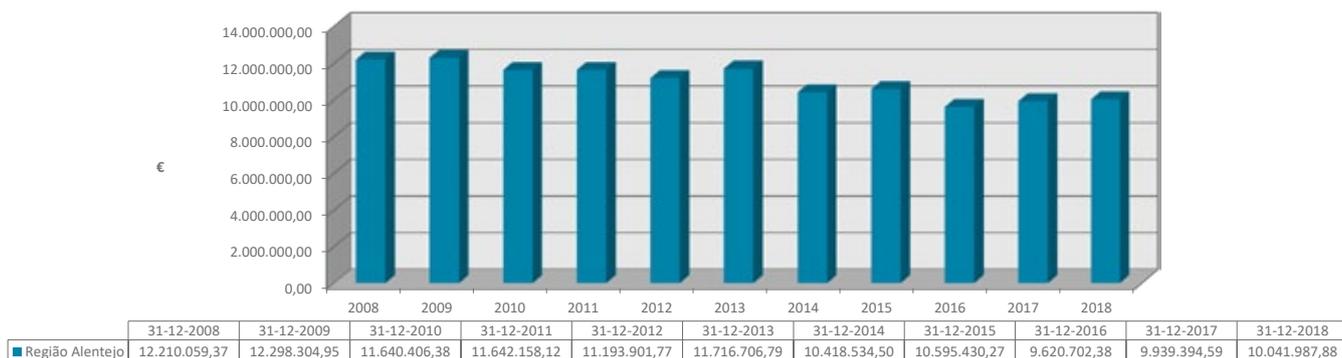
Se analisarmos o período temporal estabelecido, nomeadamente de 2008 para 2018, reparamos que existem quatro ciclos de evolução, um entre 2008 e 2010 de decréscimos contínuos, outro ciclo, de 2010 a 2012 caracterizado por acréscimos firmes, um terceiro de novamente decréscimo para 2014. Outro de 2014 para 2016 consistindo novamente em acréscimos, registando-se um ligeiro aumento da poupança orçamental, no montante de 207,5 milhares de euros (0,47 %) em 2015 e, para 2016, um significativo crescimento de 25,2 milhões de euros (56,71 %). Um decréscimo, embora ligeiro para 2017, de 3,4 milhões de euros (-4,89 %). No ano de 2018 regista-se um acréscimo de 8,2 milhões de euros (12,38 %).

Gráfico nº 21 - Saldo Final de Operações Orçamentais



No que toca à relação entre saldo inicial, recebimentos e pagamentos de operações de tesouraria (gráfico nº 22), verbas consignadas a terceiras entidades, o mesmo apresenta, em 2016, um saldo positivo de 9,6 milhões de euros, registando-se um ligeiro decréscimo em relação a 2015 de 974,7 milhares de euros, ou seja, uma descida de 9,20 %. Em 2017 apresenta-se um ligeiro acréscimo de 319 milhares de euros (3,32 %), situação idêntica registada em 2018 com um ligeiro aumento de 102 milhares de euros (1,03 %).

Gráfico nº 22 - Saldo Final de Operações de Tesouraria



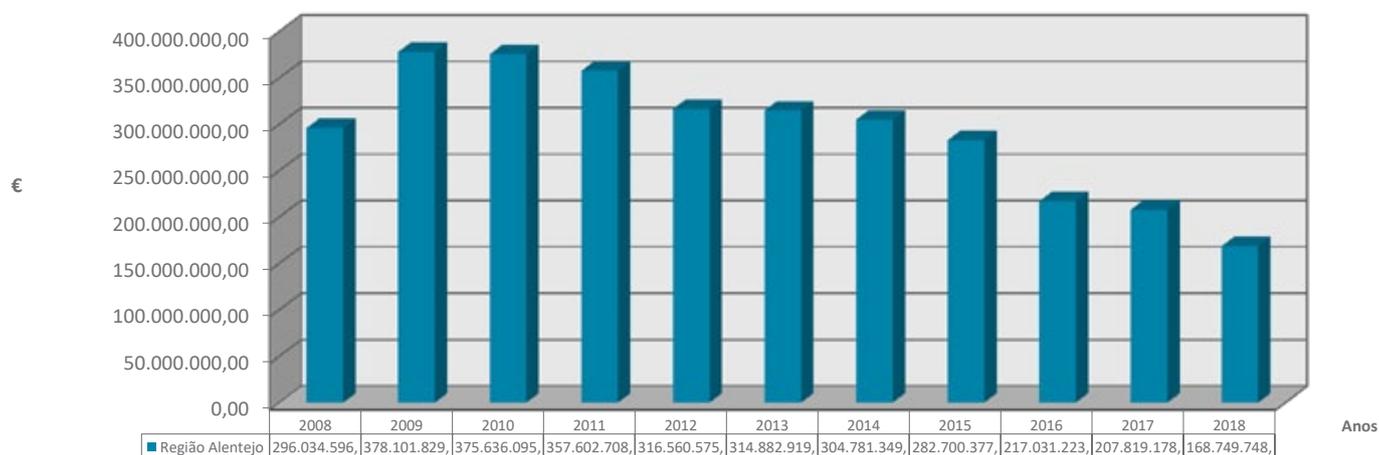
## I - 11 - Endividamento municipal

Quadro nº 14 - Endividamento Municipal (balanço)  
Alentejo

Balanço	Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazos (1)	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo (2)	Dívidas de Terceiros a Médio e Longo Prazos (3)	Dívidas de Terceiros a Curto Prazo (4)	Títulos Negociáveis (5)	Depósitos em Bancos e Caixa (6)	Endividamento (montante líquido) (7)=(1)+(2)-(3)-(4)-(5)-(6)
2008	271.041.855,90	154.725.373,66	4.067.820,61	56.629.680,60	12.621.894,61	56.413.237,38	296.034.596,36
2009	322.638.286,40	167.233.415,86	4.027.862,60	46.561.343,34	9.304.311,63	51.876.354,80	378.101.829,89
2010	316.592.235,02	172.581.918,13	4.048.682,89	51.465.987,20	10.505.318,80	47.518.068,93	375.636.095,33
2011	296.137.483,62	198.569.413,07	3.892.548,57	63.424.584,94	13.450.000,00	56.337.054,21	357.602.708,97
2012	271.440.792,74	176.953.210,27	0,00	55.146.854,65	13.031.914,81	63.654.657,82	316.560.575,73
2013	288.784.876,77	143.433.478,40	2.306.779,23	51.656.962,12	5.650.000,00	57.721.694,82	314.882.919,00
2014	263.742.773,70	144.895.089,22	2.647.716,60	46.441.677,18	2.170.000,00	52.597.119,83	304.781.349,31
2015	236.657.493,25	143.349.377,28	2.748.545,95	39.579.889,34	85.000,00	54.893.058,11	282.700.377,13
2016	245.405.569,55	97.010.410,79	2.933.459,79	43.303.676,84	752.841,98	78.394.778,26	217.031.223,47
2017	225.448.214,63	97.152.709,75	2.857.376,54	35.802.520,61	0,00	76.121.848,68	207.819.178,55
2018	208.460.829,84	82.024.850,57	3.090.340,93	34.246.883,37	0,00	84.398.707,22	168.749.748,89

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2018  
DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 23 - Endividamento Municipal (montante líquido) (balanço)



O quadro nº 14 e o gráfico nº 23 explicitam o endividamento municipal através das rubricas do balanço, denotando-se o significativo crescimento da dívida global líquida de 2008 para 2009, atingindo neste ano o seu máximo neste período (2008 a 2018), no montante de 378,1 milhões de euros. No entanto, de 2009 para 2018 tem-se vindo a observar a contínua descompressão do endividamento, tendo de 2011 para 2012 registado um decréscimo de 41,0 milhões de euros (- 11,48 %), de 2012 para 2013 uma diminuição calculada em 1,7 milhões de euros (-0,53 %), de 2013 a 2014 uma quebra de 10,1 milhões de euros (- 3,21 %), um decréscimo para 2015 de 22,1 milhões de euros (-7,24 %), uma diminuição significativa, em 2016, de 65,7 milhões de euros (-23,23 %), um decréscimo de 9,2 milhões de euros (-4,24 %) em 2017 e uma quebra mais significativa no endividamento líquido em 2018 no montante de 39,1 milhões de euros (-18,80 %).

Quadro nº 15 - Peso da Dívida a Fornecedores  
Região Alentejo

	Dívida a Fornecedores (balanço) (ano n) (€) (1)	Receita Total (ano n-1) (€) (2)	(1) / (2) %
2011	177.819.002,18	617.604.254,55	28,79
2012	155.229.701,37	599.709.537,64	25,88
Var %	-12,70	-2,90	
2013	130.576.634,16	589.082.087,84	22,17
Var %	-15,88	-1,77	
2014	136.315.173,38	610.027.971,98	22,35
Var %	4,39	3,56	
2015	118.235.666,20	541.482.523,58	21,84
Var %	-13,26	-11,24	
2016	86.930.006,80	554.717.097,66	15,67
Var %	-26,48	2,44	
2017	78.870.170,68	605.789.796,73	13,02
Var %	-9,27	9,21	
2018	61.337.227,64	592.681.072,95	10,35
Var %	-22,23	-2,16	

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 a 2018  
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 15 apresenta o peso da dívida a fornecedores (contas do balanço) sobre o total da receita do ano anterior. Esta relação, para 2011, apresentou um peso de 28,79 %, tendo este indicador uma evolução positiva em 2012 e 2013, com os valores de 25,88 % e 22,17 % respetivamente. Em 2014, o indicador regista um ligeiríssimo crescimento, apresentando melhorias nos quatro anos seguintes, com o montante de 21,84 % em 2015, 15,67 % em 2016, 13,02 % em 2017 e 10,35 % em 2018.

## I - 12 - Factor gerador de dívida

Quadro nº 16 - Fator Gerador de Dívida

	Receita Liquidada Total (sem Saldo de Operações Orçamentais) (€) (1)	Saldo Inicial de Operações Orçamentais (ano n) (€) (2)	Despesa (compromissos) Assumida para o Exercício (€) (3)	Desiquilíbrio Gerador de Dívida (€) (4=1+2-3)
2011	621.292.953,26	45.648.257,31	707.516.486,98	-40.575.276,41
2012	594.489.851,21	58.123.743,73	568.060.947,41	84.552.647,53
Var%	-4,31	27,33	-19,71	-308,38
2013	624.469.684,40	65.180.418,88	585.062.641,40	104.587.461,88
Var%	5,04	12,14	2,99	23,70
2014	558.872.371,65	51.642.686,07	530.156.246,05	80.358.811,67
Var%	-10,50	-20,77	-9,38	-23,17
2015	572.369.064,61	44.161.415,60	537.505.806,42	79.024.673,79
Var%	2,41	-14,49	1,39	-1,66
2016	623.275.057,68	44.368.961,46	571.597.244,20	96.046.774,94
Var%	8,89	0,47	6,34	21,54
2017	692.877.461,91	69.483.018,87	596.889.548,52	165.470.932,26
Var%	11,17	56,60	4,42	72,28
2018	605.092.556,54	100.951.787,74	587.131.004,59	118.913.339,69
Var%	-12,67	45,29	-1,63	-28,14

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2011 a 2018  
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 16 mostra-nos a relação entre a receita liquidada, num determinado exercício, e os compromissos assumidos para esse exercício, quer os emergentes contratualmente nesse ano, quer os compromissos assumidos contratualmente em anos anteriores, na forma de compromissos plurianuais, estando programados e à carga orçamental desse mesmo exercício. Para o cálculo destes compromissos assumidos não se teve em consideração o saldo constituído pelos compromissos assumidos em anos anteriores e que não foram pagos nesses anos. Como base informacional para esta análise cingiu-se à informação constante do controlo orçamental da receita e da despesa.

Assim, para 2011, observou-se um desequilíbrio bruto negativo de 86,2 milhões de euros e, contando com a poupança de operações orçamentais de 2010, saldou-se num desequilíbrio líquido negativo de 40,5 milhões de euros.

Em 2012, a situação teve uma evolução altamente positiva, passando para uma situação de folga da ordem dos 26,4 milhões de euros, ou seja, resultante do encontro de uma receita liquidada de 594,4 milhões de euros e compromissos assumidos para o exercício de 568,0 milhões de euros. Refira-se que, embora estas duas variáveis tivessem uma evolução negativa, a quebra dos compromissos assumidos foi quase cinco vezes superior à da receita liquidada. Esta situação de folga, em 2012, foi mais ampliada com a introdução do saldo de operações orçamentais.

Para 2013, o desequilíbrio foi mais positivo ainda, registando-se um diferencial de 39,4 milhões de euros consubstanciado num excesso de receita liquidada em relação aos compromissos assumidos, derivado dum maior crescimento da primeira em relação à segunda. Este desequilíbrio positivo foi reforçado pelo saldo orçamental, passando para os 104,6 milhões de euros.

Em 2014, a folga orçamental líquida já foi menor, passando para os 28,7 milhões de euros, derivado duma quebra maior na receita liquidada (-10,50 %) do que na despesa com os compromissos assumidos (-9,38 %). Assim, a folga neste ano foi de 28,7 milhões de euros (sem saldo inicial de operações orçamentais) e de 80,3 milhões de euros (contando com o saldo inicial de operações orçamentais).

Em 2015, a folga orçamental líquida voltou a ser maior, atingindo os 34,9 milhões de euros, originada pelo crescimento da receita liquidada em 2,41 %, com um crescimento menor dos compromissos (1,39 %). Contudo, com o saldo inicial de operações orçamentais a folga decresceu muito ligeiramente (1,3 milhões de euros), derivado da diminuição desse saldo em 14,49 %.

Em 2016, a folga orçamental líquida voltou a ser ampliada, atingindo os 51,7 milhões de euros, originada

pelo crescimento da receita liquidada em 8,89 %, com um crescimento menor dos compromissos (6,34 %). O saldo inicial de operações orçamentais provocou um crescimento da folga aumentando para os 96,0 milhões de euros (21,54 %).

Em 2017, a folga orçamental líquida tornou a voltar a ampliar com maior expressão, atingindo os 95,9 milhões de euros, originada com um crescimento mais forte da receita liquidada em relação ao crescimento da despesa dos compromissos assumidos. O saldo inicial de operações orçamentais (69,4 milhões de euros) veio ampliar essa folga para os 165,4 milhões de euros.

Em 2018, a diferença entre a receita liquidada e os compromissos assumidos no exercício foi positivo em 17,9 milhões de euros, acrescendo o saldo inicial de operações orçamentais resulta num resultado positivo do fator na ordem dos 118,9 milhões de euros.

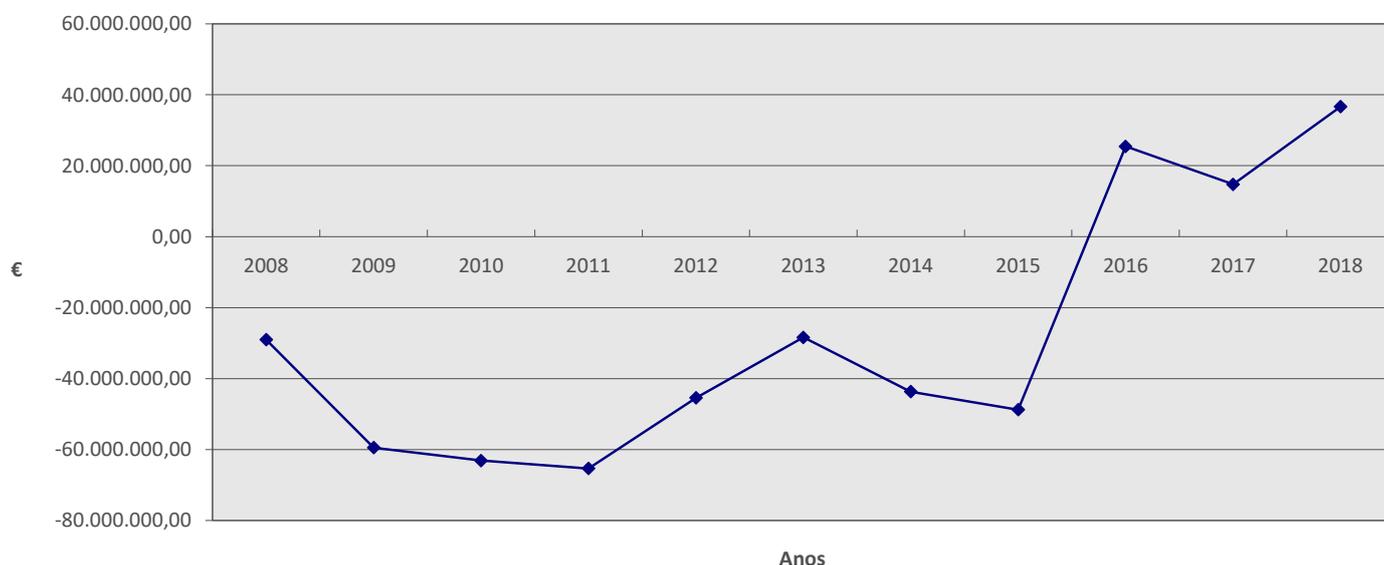
### I - 13 - Liquidez geral

Quadro nº 17 - Liquidez Geral (balanço)  
Região Alentejo

	(Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa + Títulos Negociáveis + Dívidas a Receber de Curto Prazo) - Dívidas a Pagar de Curto Prazo (€)	Var %
2008	-29.060.561,07	
2009	-59.491.406,09	104,72
2010	-63.092.543,20	6,05
2011	-65.357.773,92	3,59
2012	-45.419.782,99	-30,51
2013	-28.404.823,46	-37,46
2014	-43.686.292,21	53,80
2015	-48.791.429,83	11,69
2016	25.440.886,29	-152,14
2017	14.771.659,54	-41,94
2018	36.620.740,02	147,91

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2018  
DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 24 - Liquidez Geral



Ao observarmos o quadro nº 17 e o respetivo gráfico nº 24, pretende-se analisar a evolução regional da liquidez geral, que consiste na relação, em termos de itens do balanço, entre o conjunto de depósitos em bancos e caixa, títulos negociáveis e dívidas a receber de curto prazo e o conjunto das dívidas a pagar de curto prazo.

Esta liquidez geral tem tido uma evolução negativa no período de 2008 a 2011, apresentando um afundamento significativo de 2008 para 2009, na ordem dos 30,4 milhões de euros (104,72 %). De 2009 para 2011 o agravamento tem continuado, mas com menor expressão, registando de 2010 a 2011 um decréscimo de 3,59 %. Em 2012 e 2013, no entanto, regista-se uma evolução positiva, com o recuo constante do deficit de liquidez geral calculada em 19,93 milhões de euros, ou seja, uma variação de - 30,51 % em 2012 e uma diminuição de 17,0 milhões de euros (-37,46 %) em 2013. Pelo contrário, em 2014 registou-se um agravamento do deficit, na ordem dos 53 %, fixando, a nível regional, em 43,7 milhões de euros. Em 2015 continuou-se a registar o crescimento do deficit, atingindo os 48,8 milhões de euros (11,69 %). No entanto, em 2016, obteve-se um resultado espetacular, pela primeira vez desde 2008, registou-se uma liquidez geral positiva, passando dos -48,8 milhões de euros em 2015 para os 25,4 milhões de euros. Em 2017 a liquidez geral sofreu um ligeiro tropeção, embora ficasse em campo positivo, passando dos 25,4 milhões de euros em 2016 para 14,7 milhões de euros em 2017, ou seja, uma quebra de 42,13 %. O exercício de 2018 apresenta uma evolução positiva, com o aumento da liquidez em 21,8 milhões de euros (147,92 %).

## I - 14 - Balanço

Quadro nº 18A - Estrutura do Ativo Líquido (Balanço de 2018)  
Região Alentejo

	2018	
	(€)	%
Imobilizado (Bens do Domínio Público)	976.770.674,44	35,53
Imobilizado Corpóreo, Incorpóreo e Investimentos Financeiros	1.584.697.034,70	57,64
Dívida de Terceiros (Curto Prazo)	34.246.883,37	1,25
Depósito em Bancos e Caixa	84.398.707,22	3,07
Outros	69.416.025,13	2,52
<b>TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO</b>	<b>2.749.529.324,86</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2018  
DSAJAL / DFLM

Quadro nº 18B - Estrutura dos Fundos Próprios e do Passivo (Balanço de 2018)  
Região Alentejo

	2018		
	(€)	%	%
FUNDOS PRÓPRIOS (Total)	1.822.249.708,74		66,27
Provisão para Riscos e Encargos	17.600.780,40	1,90	0,64
Dívidas a Terceiros (Médio e Longo Prazos)	208.460.829,84	22,48	7,58
Dívidas a Terceiros (Curto Prazo)	82.024.850,57	8,85	2,98
Acréscimos e Diferimentos	619.193.155,31	66,78	22,52
PASSIVO (Total)	927.279.616,12	100,00	33,73
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO</b>	<b>2.749.529.324,86</b>		<b>100,00</b>

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2018  
DSAJAL / DFLM

Dos quadros nº 18 - A e B que consiste na apresentação, para 2018, da estrutura do ativo líquido e dos fundos próprios e passivo, é possível observar o seguinte:

- No ativo líquido a componente principal (maioritária) continua a caber ao imobilizado corpóreo, incorpóreo e investimentos financeiros com um peso de 57,64 %, seguido do imobilizado relativo a bens de domínio público com 35,53 %. O peso de relevo desta última rubrica está relacionado com a natureza do objeto público da instituição municipal;
- O peso dos fundos próprios (património) é de 66,27 %, cabendo ao passivo os restantes 33,73 %;
- Na composição do passivo ressalta a importância dos acréscimos e diferimentos com um peso superior a metade do total do passivo (66,78 %), seguido das dívidas a terceiros com 31,33 %. Refira-se que, do global dos acréscimos e diferimentos (619,2 milhões de euros), 582,6 milhões de euros (94,09 %) respeitam a proveitos diferidos (subsídios ao investimento e outros);
- No que toca à estrutura da dívida a terceiros, 22,48 % do total do passivo cabe a operações de médio e longo prazos, cabendo as dívidas de curto prazo o peso de 8,85 %.

Quadro nº 19 - Evolução da Estrutura do Ativo Líquido (Balanços de 2008 a 2018)  
Região Alentejo

		Imobilizado (Bens do Domínio Público)	Imobilizado Corpóreo, Incorpóreo e Investimentos Financeiros	Dívida de Terceiros (Curto Prazo)	Depósito em Bancos e Caixa	Outros	TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO
2008	€	1.297.328.933,44	1.277.340.891,98	56.629.680,60	56.413.237,38	49.279.842,03	2.736.992.585,43
2009	€	1.334.409.473,13	1.350.136.666,36	46.561.343,34	51.876.354,80	49.600.771,92	2.832.584.609,55
Var %		2,86	5,70	-17,78	-8,04	0,65	3,49
2010	€	1.308.553.928,91	1.423.478.927,62	51.465.987,20	47.518.068,93	49.344.175,55	2.880.361.088,21
Var %		-1,94	5,43	10,53	-8,40	-0,52	1,69
2011	€	1.303.288.025,22	1.454.752.540,58	63.424.584,94	56.337.054,21	55.674.006,11	2.933.476.211,06
Var %		-0,40	2,20	23,24	18,56	12,83	1,84
2012	€	1.168.339.633,03	1.454.179.541,44	55.146.854,65	63.354.657,82	52.390.648,65	2.793.411.335,59
Var %		-10,35	-0,04	-13,05	12,46	-5,90	-4,77
2013	€	1.166.888.352,70	1.500.825.316,34	51.656.962,12	57.721.694,82	46.937.067,65	2.824.029.393,63
Var %		-0,12	3,21	-6,33	-8,89	-10,41	1,10
2014	€	1.107.581.988,09	1.530.006.342,79	46.441.677,18	52.597.119,83	39.850.305,13	2.776.477.433,02
Var %		-5,08	1,94	-10,10	-8,88	-15,10	-1,68
2015	€	1.158.763.034,25	1.570.515.709,05	39.579.889,34	54.893.058,11	39.431.298,65	2.863.182.989,40
Var %		4,62	2,65	-14,78	4,37	-1,05	3,12
2016	€	1.054.369.250,75	1.558.216.182,78	43.303.676,84	78.394.778,26	45.302.902,10	2.779.586.790,73
Var %		-9,01	-0,78	9,41	42,81	14,89	-2,92
2017	€	1.009.636.922,91	1.597.224.096,40	35.802.520,61	76.121.848,68	44.670.962,86	2.763.456.351,46
Var %		-4,24	2,50	-17,32	-2,90	-1,39	-0,58
2018	€	976.770.674,44	1.584.697.034,70	34.246.883,37	84.398.707,22	69.416.025,13	2.749.529.324,86
Var %		-3,26	-0,78	-4,35	10,87	55,39	-0,50

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2018  
DSAJAL / DFLM

O quadro supra descreve a evolução de componentes da estrutura do ativo líquido para o período de 2008 a 2018, podendo-se emitir as seguintes observações relativas à evolução de 2017 para 2018:

- O total do ativo líquido continua a registar um ligeiro decréscimo de 13,9 milhões de euros (0,50 %);
- O imobilizado de bens do domínio público apresenta um decréscimo de 3,26 %;
- O imobilizado corpóreo, incorpóreo e investimentos financeiros apresentam um decréscimo de 0,78 %;
- A dívida de terceiros (de curto prazo) registou também um decréscimo de 1,6 milhões de euros (-4,35 %);
- O montante de depósitos em bancos e caixa apresentou um crescimento de 10,87 % (8,3 milhões de euros).

Quadro nº 20 - Evolução da Estrutura dos Fundos Próprios e do Passivo (Balanços de 2008 a 2018)  
Região Alentejo

		Fundos Próprios (Total)	Provisão para Riscos e Encargos	Dívidas a Terceiros (Médio e Longo Prazos)	Dívidas a Terceiros (Curto Prazo)	Acréscimos e Diferimentos	Passivo (Total)	Total dos Fundos Próprios e do Passivo
2008	€	1.878.619.136,83	4.075.101,60	271.041.855,81	154.725.373,66	428.531.117,53	858.373.448,60	2.736.992.585,43
2009	€	1.882.172.661,32	6.353.390,42	322.638.286,40	167.233.415,86	454.186.855,55	950.411.948,23	2.832.584.609,55
Var %		0,19	55,91	19,04	8,08	5,99	10,72	3,49
2010	€	1.892.305.673,23	12.498.396,90	316.592.235,02	172.581.918,13	486.382.864,93	988.055.414,98	2.880.361.088,21
Var %		0,54	96,72	-1,87	3,20	7,09	3,96	1,69
2011	€	1.886.125.027,82	9.677.121,15	296.137.483,62	198.569.413,07	542.967.165,40	1.047.351.183,24	2.933.476.211,06
Var %		-0,33	-22,57	-6,46	15,06	11,63	6,00	1,84
2012	€	1.746.558.610,56	10.790.750,03	271.440.792,74	176.953.210,27	587.667.971,94	1.046.852.724,98	2.793.411.335,54
Var %		-7,40	11,51	-8,34	-10,89	8,23	-0,05	-4,77
2013	€	1.749.690.197,25	22.440.803,04	288.784.876,77	143.433.480,40	619.680.036,17	1.074.339.196,38	2.824.029.393,63
Var %		0,18	107,96	6,39	-18,94	5,45	2,63	1,10
2014	€	1.707.559.456,54	25.311.908,01	263.742.773,70	144.895.089,22	634.968.205,55	1.068.917.976,48	2.776.477.433,02
Var %		-2,41	12,79	-8,67	1,02	2,47	-0,50	-1,68
2015	€	1.825.371.645,71	26.217.862,64	236.657.493,25	143.349.377,28	631.586.610,52	1.037.811.343,69	2.863.182.989,40
Var %		6,90	3,58	-10,27	-1,07	-0,53	-2,91	3,12
2016	€	1.780.353.416,98	25.948.855,77	245.405.569,55	97.010.410,79	630.868.537,64	999.233.373,75	2.779.586.790,73
Var %		-2,47	-1,03	3,70	-32,33	-0,11	-3,72	-2,92
2017	€	1.787.644.196,47	29.059.729,96	225.448.214,63	97.152.709,75	624.151.500,65	975.812.154,99	2.763.456.351,46
Var %		0,41	11,99	-8,13	0,15	-1,06	-2,34	-0,58
2018	€	1.822.249.708,74	17.600.780,40	208.460.829,84	82.024.850,57	619.193.155,31	927.279.616,12	2.749.529.324,86
Var %		1,94	-39,43	-7,53	-15,57	-0,79	-4,97	-0,50

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2018  
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 20 mostra-nos a evolução da estrutura dos fundos próprios e do passivo no período em análise (2008/2018).

Observando, também, a evolução de 2017 para 2018 regista-se o seguinte:

- Os fundos próprios registam, neste período, um crescimento, mesmo que pequeno, de 1,94 % (34,6 milhões de euros);
- A componente provisões para riscos e encargos apresentou um decréscimo significativo de 39,43 %, atingindo quase os 18 milhões de euros, cobrindo, 21,46 % do total das dívidas a terceiros de curto prazo;
- As dívidas a terceiros de médio e longo prazos mostraram um decréscimo de 7,53 % (16,9 milhões de euros);
- As dívidas a terceiros de curto prazo apresentaram um significativo decréscimo (15,57 %), 15,1 milhões de euros;
- A componente com maior envergadura na estrutura do passivo continua a ser a dos acréscimos e diferimentos, cuja parcela esmagadoramente maioritária pertence aos proveitos diferidos. Esta componente representa 94,09 % do total do passivo, apresentando, em 2018, um ligeiro decréscimo de 0,79 %;
- O total do passivo registou, também em 2018, uma quebra de 4,97 % (- 48,5 milhões de euros).

Quadro nº 21 - Passivo Corrigido  
Região Alentejo

		Passivo (valor integral)	Proveitos Diferidos	Passivo Corrigido (excluindo os proveitos diferidos)
2008	€	858.373.448,60	405.769.079,00	452.604.369,60
2009	€	950.411.948,23	429.866.716,00	520.545.232,23
Var %		10,72	5,94	15,01
2010	€	988.055.414,98	460.905.403,00	527.150.011,98
Var %		3,96	7,22	1,27
2011	€	1.047.351.183,24	523.615.586,00	523.735.597,24
Var %		6,00	13,61	-0,65
2012	€	1.046.852.724,98	565.304.945,00	481.547.779,98
Var %		-0,05	7,96	-8,06
2013	€	1.074.339.196,38	585.213.414,67	489.125.781,71
Var %		2,63	3,52	1,57
2014	€	1.068.917.976,48	604.890.613,78	464.027.362,70
Var %		-0,50	3,36	-5,13
2015	€	1.037.811.343,69	601.732.202,55	436.079.141,14
Var %		-2,91	-0,52	-6,02
2016	€	999.233.373,75	598.771.135,40	400.462.238,35
Var %		-3,72	-0,49	-8,17
2017	€	975.811.254,99	590.073.678,57	385.737.576,42
Var %		-2,34	-1,45	-3,68
2018	€	927.279.616,12	619.193.155,31	308.086.460,81
Var %		-4,97	4,93	-20,13

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2018  
DSAJAL / DFLM

No que toca ao passivo, o quadro nº 21 descreve a sua evolução para o período de 2008/2018, não só no seu montante integral mas também na sua forma corrigida, entrando em linha de conta com a exclusão dos proveitos diferidos.

Tendo em consideração a natureza da conta de proveitos diferidos (os quais não são obrigações a pagar, mas sim receitas que devem ser reconhecidas como proveitos de exercícios futuros), corrigiu-se o valor do passivo global.

Assim, é possível observar o seguinte:

- No que toca aos proveitos diferidos, cuja componente esmagadora é relativa aos subsídios para investimento, os montantes são muito avultados, atingindo e superando os 600 milhões em 2014, 2015 e 2018, tendo apresentado de 2016 a 2017 uma quebra de 1,45 %. No exercício de 2018 regista-se o valor mais elevado do período (619, 2 milhões de euros, com um crescimento, em relação a 2017 de 4,93 %;
- Após a correção, o montante do passivo torna-se significativamente mais pequeno, apresentando, para 2018, o passivo corrigido uma contração de 66,78 % relativamente ao montante integral. Em termos de evolução do passivo corrigido, de 2017 para 2018, este apresenta um decréscimo significativo de 20,13 %.

## I - 15 - Demonstração de resultados

Quadro nº 22 - Demonstração de Resultados  
Região Alentejo

	Custos e Perdas	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas + Fornecimentos e Serviços Externos + Remunerações + Encargos Sociais + Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais + Amortizações do Exercício + Provisões do Exercício + Outros Custos Operacionais (1)	Custos e Perdas Financeiras (2)	Custos Extraordinários (3)	Proveitos e Ganhos	Venda de Mercadorias + Venda de Produtos + Prestações de Serviços + Impostos e Taxas + Variação da Produção + Trabalhos para a Própria Entidade + Proveitos Suplementares + Transferências e Subsídios Obtidos + Outros Proveitos e Ganhos Operacionais (4)	Proveitos e Ganhos Financeiros (5)	Proveitos e Ganhos Extraordinários (6)
2008	€ 551.650.507,21	501.600.562,74	17.842.228,83	32.207.715,64	542.663.723,66	491.839.896,72	15.007.660,98	35.816.165,96
2009	€ 593.991.956,32	542.404.013,03	13.073.193,03	38.514.750,26	552.156.394,82	502.468.207,85	13.590.882,63	36.097.304,34
Var %	7,68	8,13	-26,73	19,58	1,75	2,16	-9,44	0,78
2010	€ 579.336.785,89	537.169.178,14	9.846.501,87	32.321.105,88	562.182.831,73	511.373.286,48	13.391.059,56	37.418.485,69
Var %	-2,47	-0,97	-24,68	-16,08	1,82	1,77	-1,47	3,66
2011	€ 554.464.521,98	515.181.493,76	10.692.811,13	28.590.217,09	538.748.775,37	483.753.349,35	16.689.926,22	38.305.499,80
Var %	-4,29	-4,09	8,60	-11,54	-4,17	-5,40	24,63	2,37
2012	€ 540.534.346,77	501.363.238,82	10.759.679,25	28.411.428,70	526.814.011,80	466.518.545,81	15.366.550,24	44.928.915,75
Var %	-2,51	-2,68	0,63	-0,63	-2,22	-3,56	-7,93	17,29
2013	€ 581.993.960,21	537.051.041,00	10.915.701,77	34.027.217,44	530.542.997,47	478.848.626,49	16.651.988,80	35.042.382,18
Var %	7,67	7,12	1,45	19,77	0,71	2,64	8,37	-22,00
2014	€ 572.399.003,88	528.816.748,19	13.318.097,50	30.264.158,19	523.210.394,96	464.944.142,75	15.785.309,39	42.480.942,82
Var %	-1,65	-1,53	22,01	-11,06	-1,38	-2,90	-5,20	21,23
2015	€ 553.725.690,26	521.705.637,01	8.959.364,89	23.060.688,36	548.109.515,45	484.671.132,90	15.290.235,62	48.148.146,93
Var %	-3,26	-1,34	-32,73	-23,80	4,76	4,24	-3,14	13,34
2016	€ 575.190.354,99	540.824.433,89	7.784.939,71	26.580.981,39	568.499.806,06	497.801.246,81	15.123.879,54	55.574.679,71
Var %	3,88	3,66	-13,11	15,27	3,72	2,71	-1,09	15,42
2017	€ 596.814.403,57	567.508.005,03	5.600.148,64	23.706.249,90	582.601.459,62	514.330.595,29	14.584.791,37	53.686.072,96
Var %	3,76	4,93	-28,06	-10,81	2,48	3,32	-3,56	-3,40
2018	€ 602.297.615,38	571.241.497,84	8.114.877,51	22.941.240,03	601.687.338,11	530.896.357,56	15.506.104,81	55.284.875,74
Var %	0,92	0,66	44,90	-3,23	3,28	3,22	6,32	2,98

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2018  
DSAJAL / DFLM

O quadro nº 22 apresenta-nos a evolução temporal das várias componentes da demonstração de resultados acumulado regional, podendo-se salientar os seguintes aspetos:

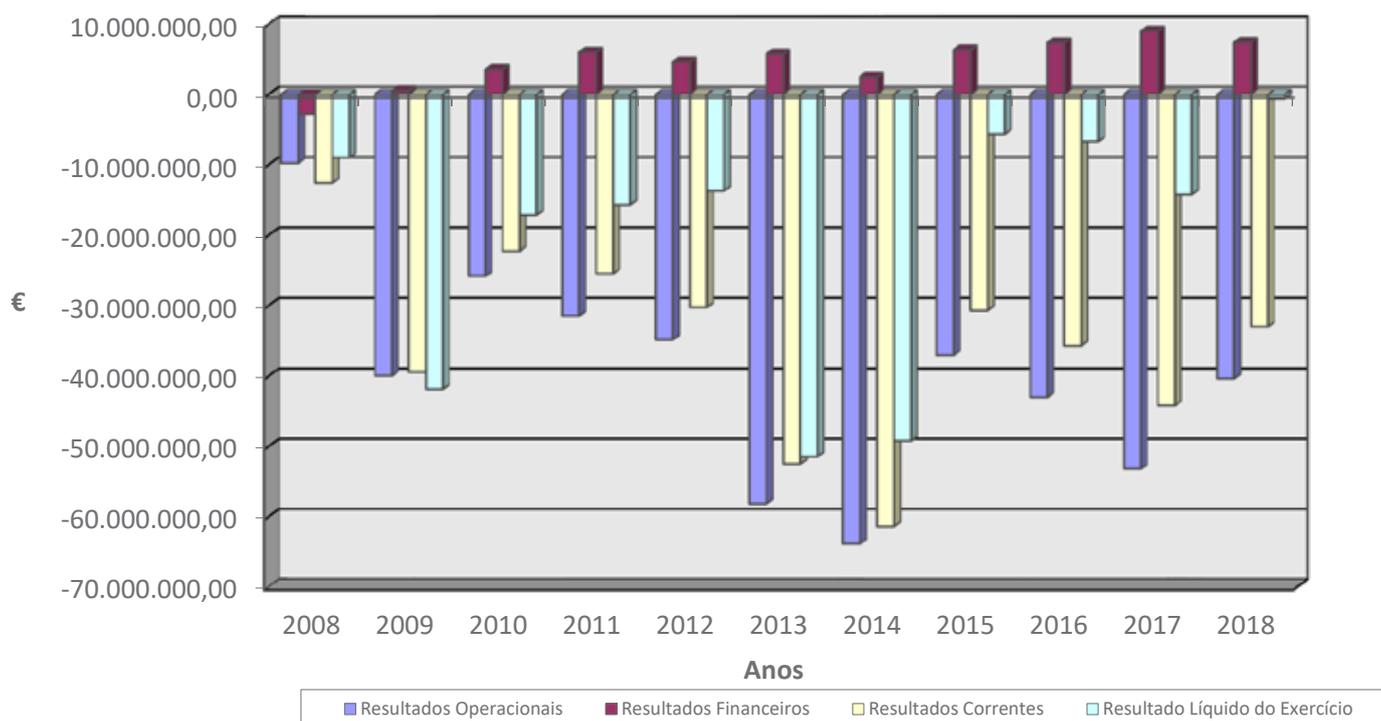
- O total dos custos e perdas apresenta, de 2017 para 2018, um crescimento de 0,92 %, passando dos 596,8 milhões de euros para 602,3 milhões;
- O total dos proveitos e ganhos apresentou um crescimento de 3,28 %, alcançando os 601,7 milhões de euros;
- Os custos e proveitos operacionais seguem a mesma tendência dos respetivos totais, embora os custos e os proveitos operacionais tivessem crescido menos.

Quadro nº 23 - Demonstração de Resultados  
Região Alentejo

Resultados				
	Resultados Operacionais A=(4)-(1)	Resultados Financeiros B=(5)-(2)	Resultados Correntes C=(4+5)-(1+2)	Resultado Líquido do Exercício D=(4+5+6)-(1+2+3)
2008	-9.760.666,02	-2.834.567,85	-12.595.233,87	-8.986.783,55
2009	-39.935.805,18	517.689,60	-39.418.115,58	-41.835.561,50
2010	-25.795.891,66	3.544.557,69	-22.251.333,97	-17.153.954,16
2011	-31.428.144,41	5.997.115,09	-25.431.029,32	-15.715.746,61
2012	-34.844.693,01	4.606.870,99	-30.237.822,02	-13.720.334,97
2013	-58.202.414,51	5.736.287,03	-52.466.127,48	-51.450.962,74
2014	-63.872.605,44	2.467.211,89	-61.405.393,55	-49.188.608,92
2015	-37.034.504,11	6.330.870,73	-30.703.633,38	-5.616.174,81
2016	-43.023.187,08	7.338.939,83	-35.684.247,25	-6.690.548,93
2017	-53.177.409,74	8.984.642,73	-44.192.767,01	-14.212.943,95
2018	-40.345.140,28	7.391.227,30	-32.953.912,98	-610.277,27

Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2008 a 2018  
DSAJAL / DFLM

Gráfico nº 25 - Resultados



Do quadro nº 23 conjugado com o gráfico nº 25, no que toca aos resultados, podemos afirmar o seguinte:

- Os resultados operacionais (proveitos menos custos operacionais) apresentaram, de 2017 para 2018, uma evolução positiva, diminuindo o seu deficit em 12,8 milhões de euros (-24,13 %);
- No que toca ao resultado líquido do exercício, proveniente da diferença entre os proveitos e os custos operacionais, financeiros e extraordinários, regista em 2018 o menor deficit de todo o período, calculado em 610,2 milhares de euros.

### I - 16 - Indicadores de gestão (a nível regional)

Gráfico nº 26 - Impostos Diretos e Indiretos / Receita Total

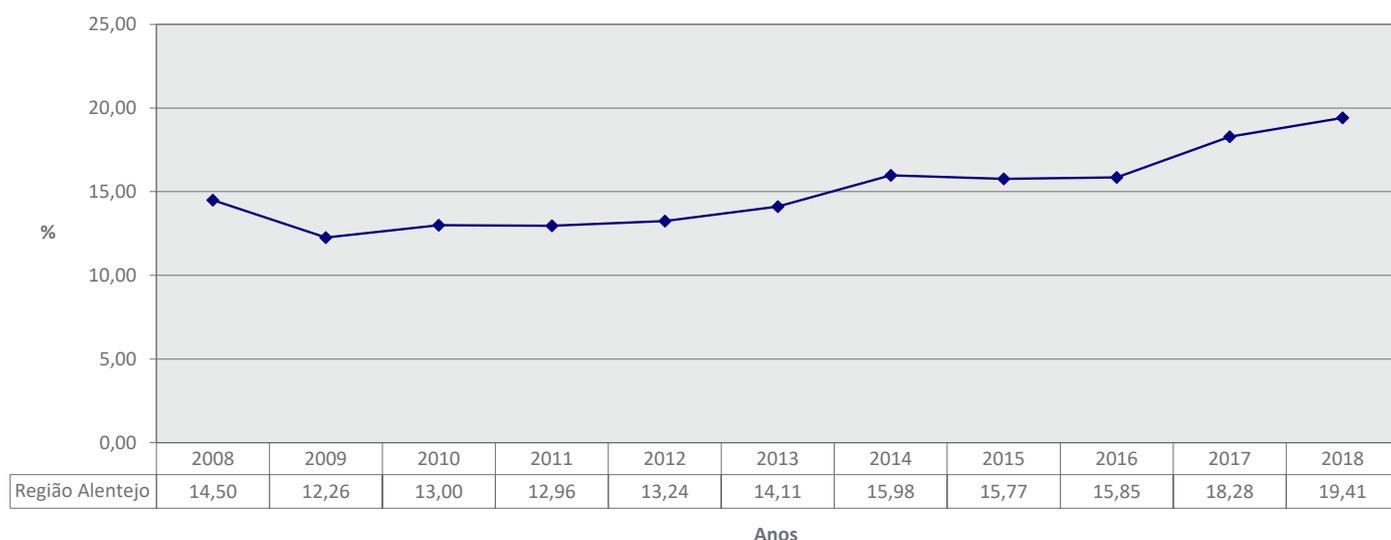


Gráfico nº 27 - Transferências de Fundos Comunitários (corrente e capital) / Receita Total

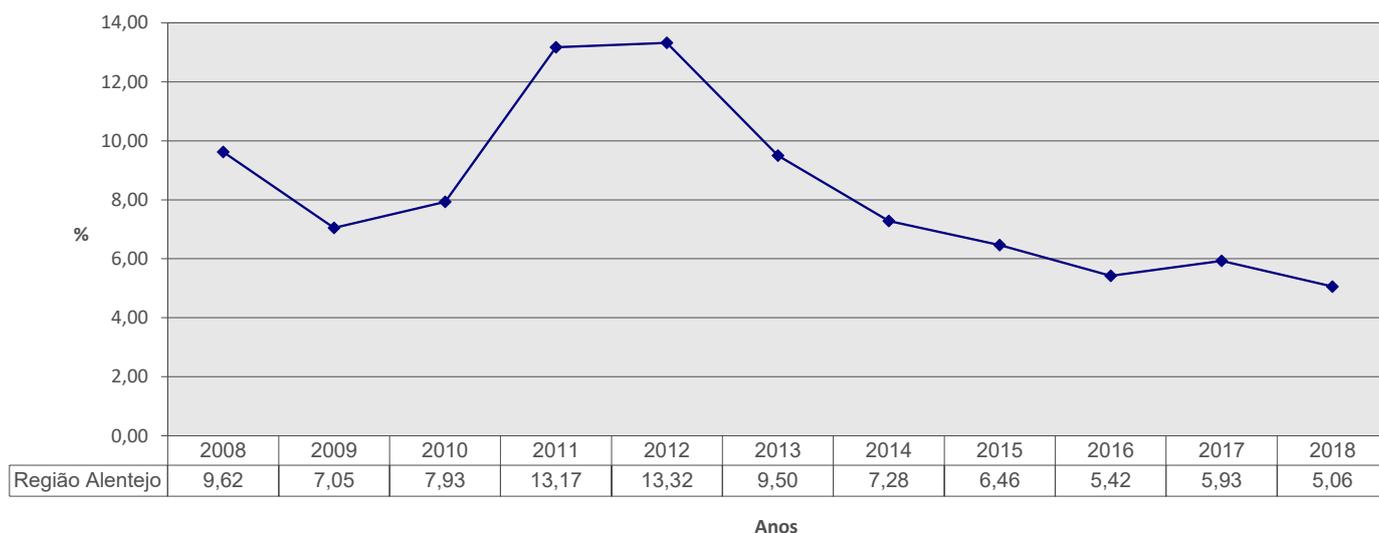


Gráfico nº 28 - Empréstimos / Receita Total

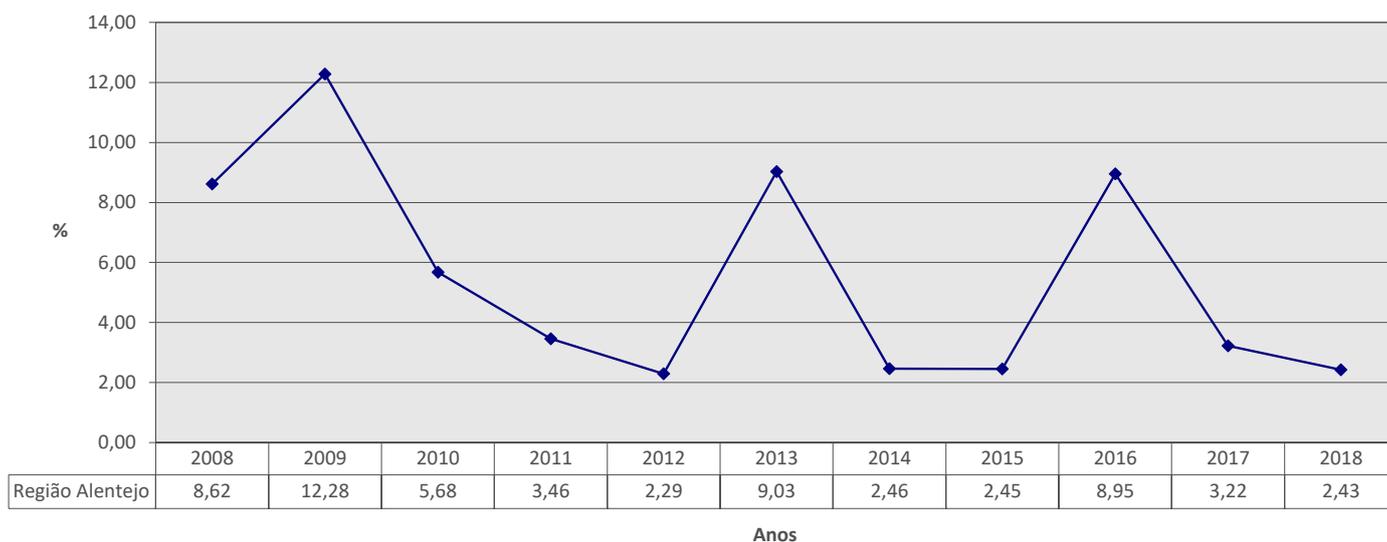


Gráfico nº 29 - Despesa com Pessoal / Despesa Total

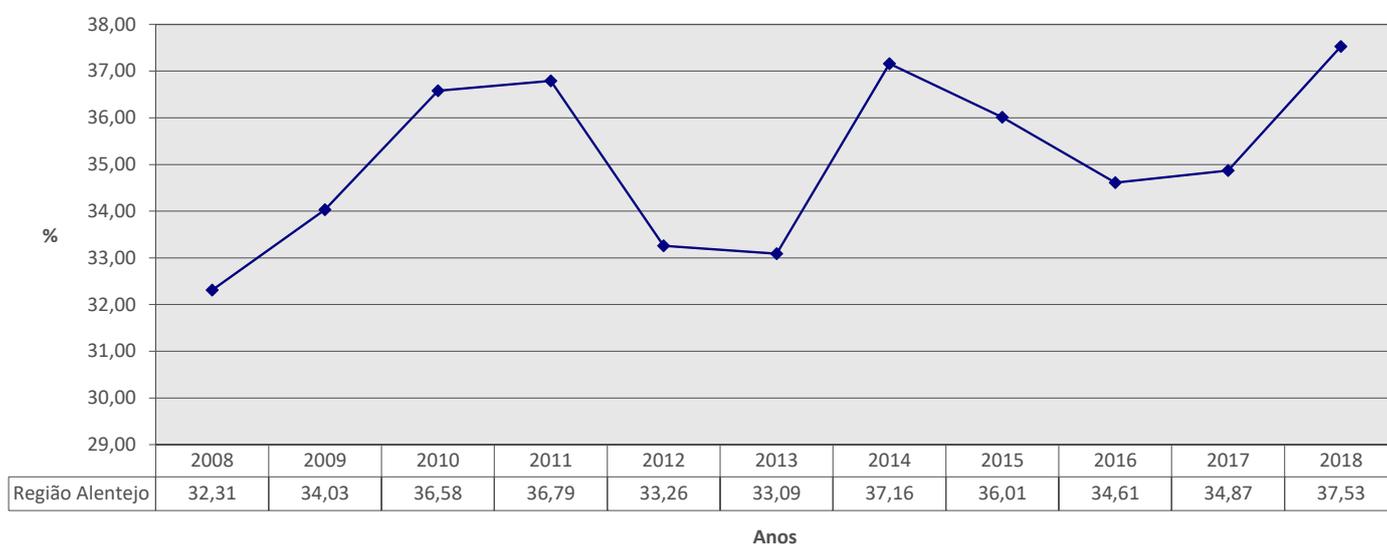


Gráfico nº 30 - Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Total

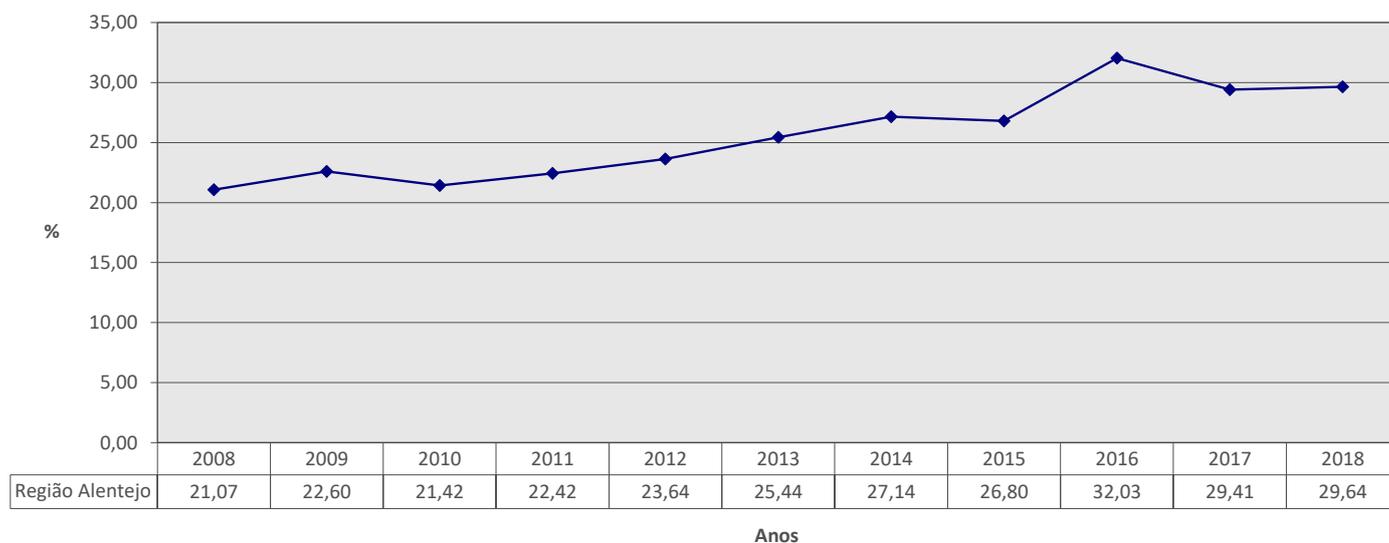


Gráfico nº 31 - (Juros + Amortizações) / Despesa Total

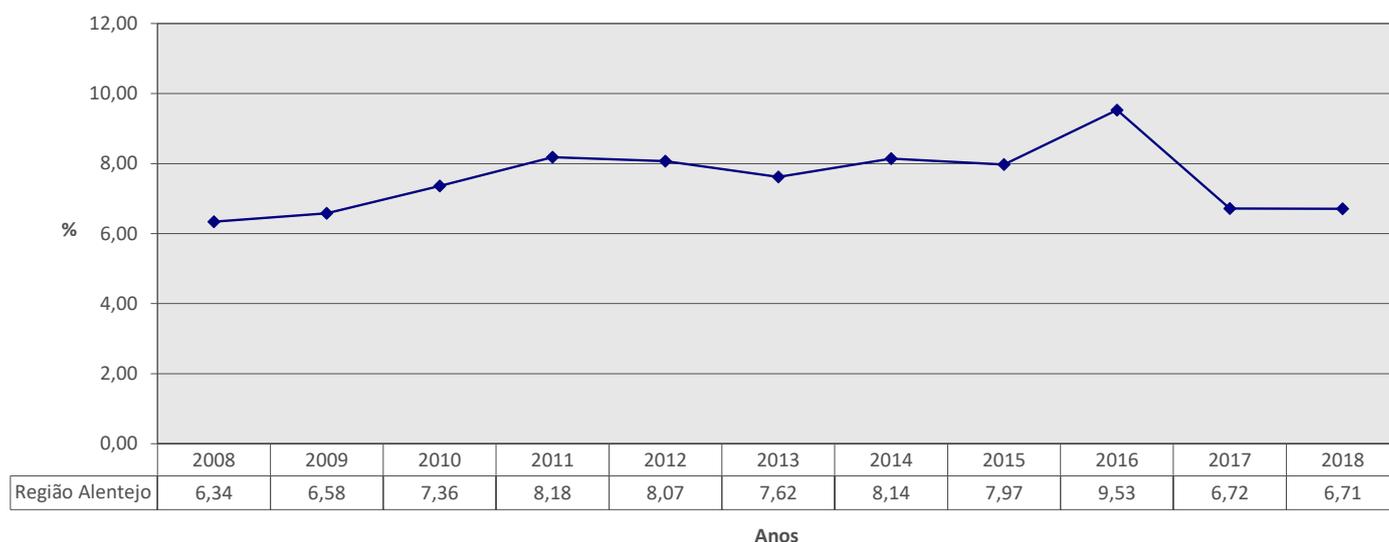


Gráfico nº 32 - Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total

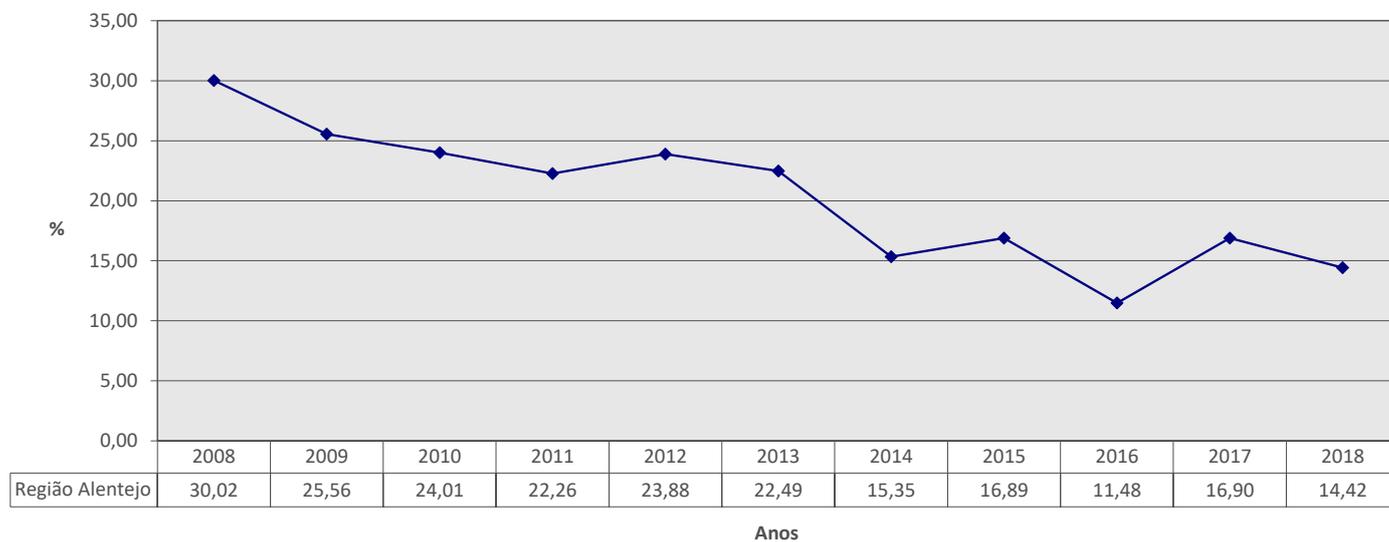


Gráfico nº 33 - Receita Própria (impostos diretos + indiretos + tmop + rend propried + venda bens serviços + outras receitas correntes e capital + venda bens investim + ativos financ) / Despesa Total

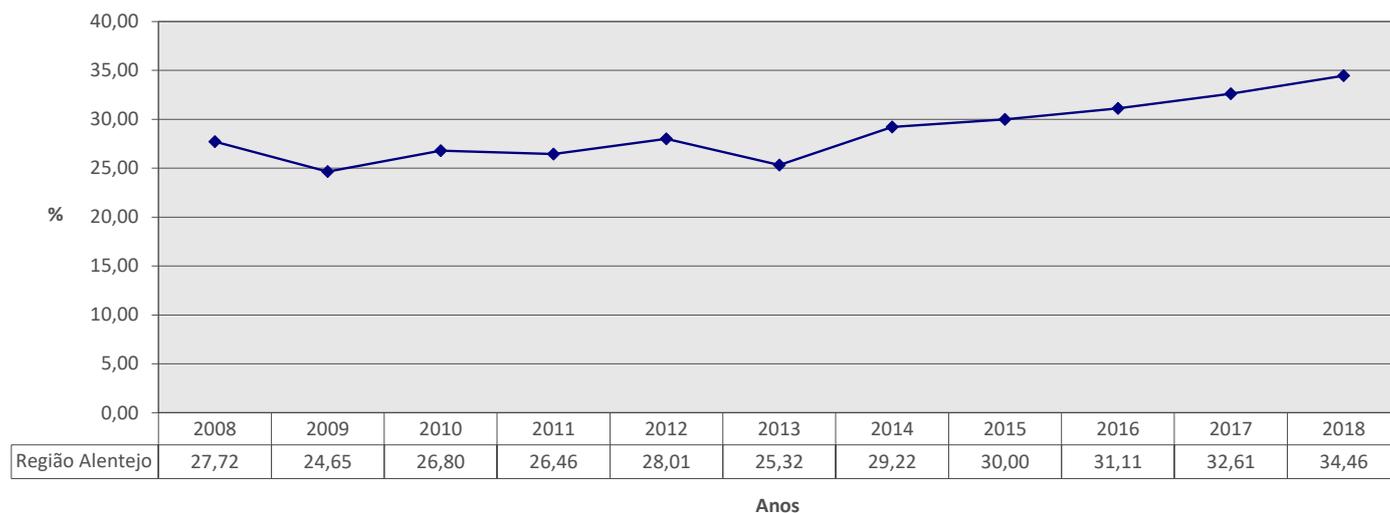


Gráfico nº 34 - (Passivo / Ativo Líquido)

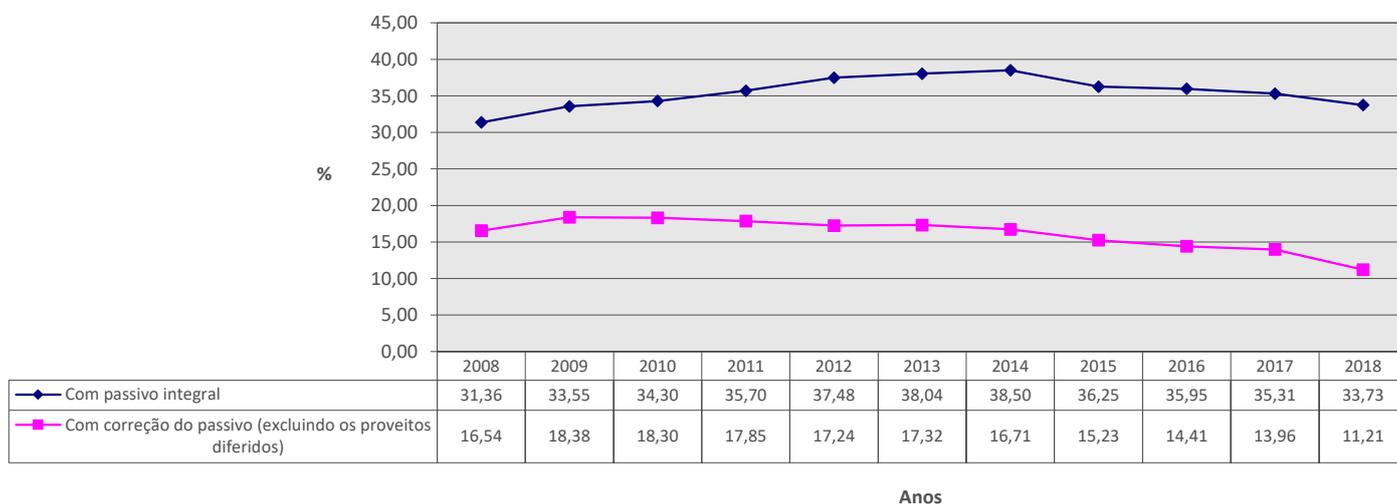


Gráfico nº 35 - (Dívidas de Terceiros de Curto Prazo + Caixa e Bancos) / Dívidas a Terceiros de Curto Prazo

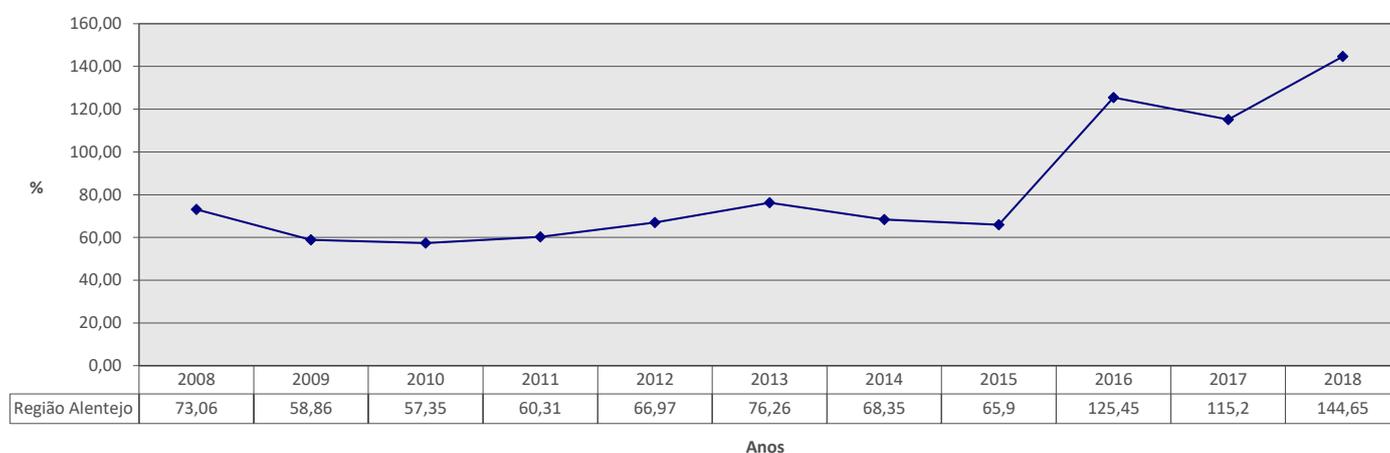
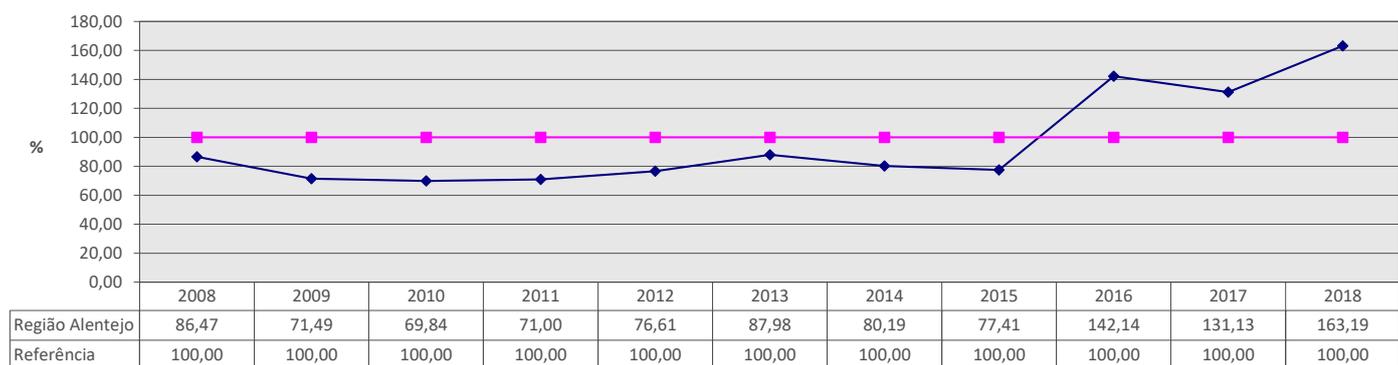
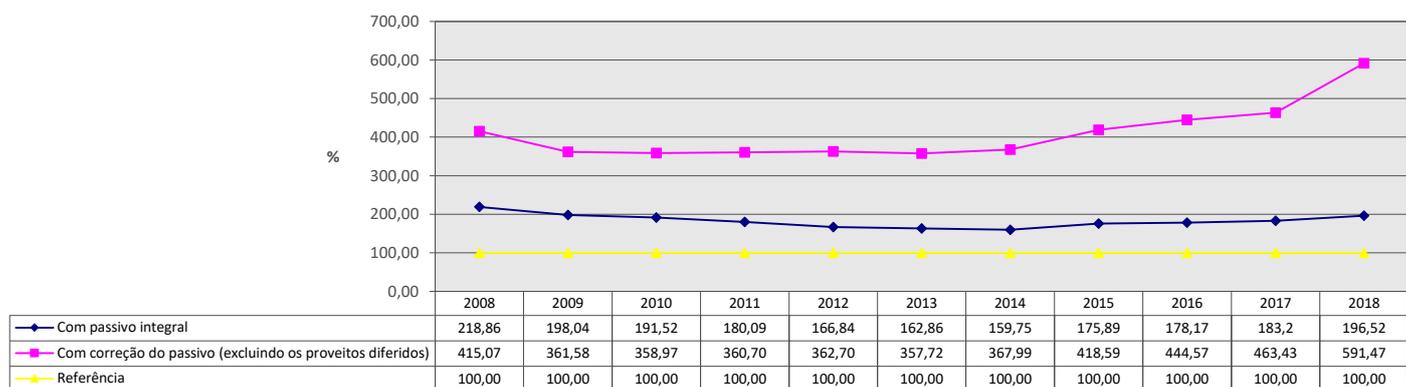


Gráfico nº 36 - Grau de Liquidez Geral = Ativo Circulante (Existências + Dívidas de Terceiros de Curto Prazo + Caixa e Bancos) / Dívidas a Terceiros de Curto Prazo



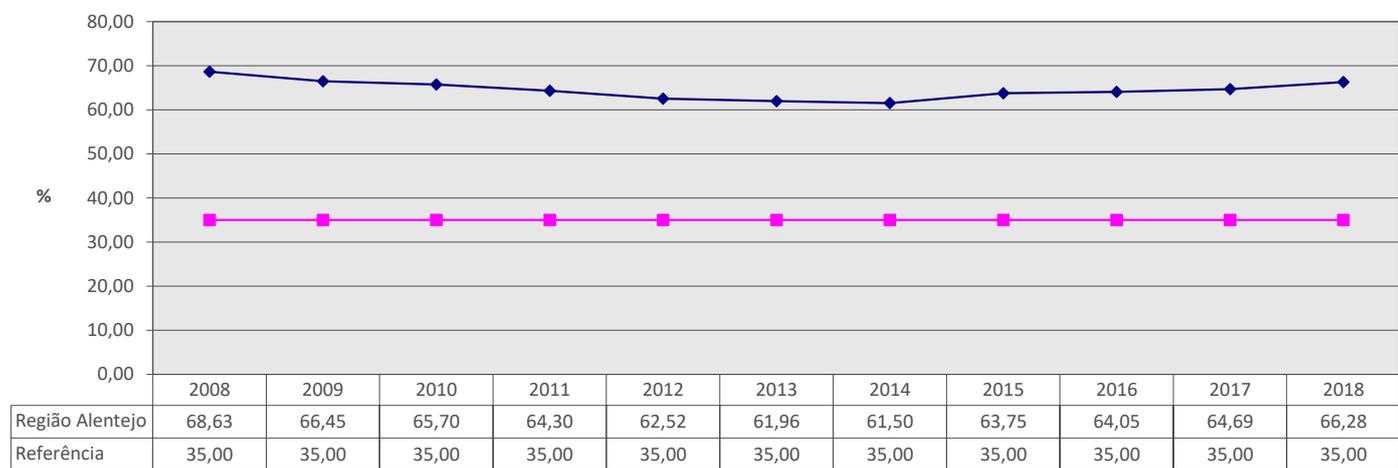
Anos

Gráfico nº 37 - Rácio de Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)



Anos

Gráfico nº 38 - Autonomia Financeira = (Fundos Próprios / Ativo Líquido Total)



Anos

## Parte II - Resenha Conclusiva

À guisa de conclusão, tendo em consideração a agregação regional (47 municípios) das variáveis financeiras em estudo, para o exercício de 2018, e tendo como referência o ano anterior de 2017, é possível descrever os seguintes factos:

- A capacidade de cobrança (1) em 2018 melhorou bastante em relação a 2017, passando de uma taxa de 79,81 % para 91,16 %, valor de outros anos;
- Registou-se um aumento de cobrança dos impostos diretos em 6,60 % em relação a 2017;
- Apresenta-se uma subida da venda de bens e serviços da ordem dos 2,23 %;
- Os recebimentos dos fundos comunitários (de capital), em 2018 apresentam um decréscimo, da ordem dos 18,59 % em relação a 2017;
- O ano de 2018 apresenta uma forte quebra no acesso ao crédito, em relação a 2017, passando do montante arrecadado de 19,1 milhões de euros em 2017 para 14,4 milhões no ano seguinte;
- No exercício de 2018 registou-se um aumento de 4,40 % do total de compromissos com:
  - Um crescimento de 2,43 % nos compromissos por pagar no ano anterior;
  - Um decréscimo de 1,63 % nos compromissos do exercício;
  - Um significativo aumento de 14,31 % dos compromissos para exercícios futuros, atingindo, neste ano de 2018, o montante de 433,5 milhões de euros;
- No que se refere à capacidade para pagar (2) 2018 teve um dos melhores resultados desde 2011, com uma taxa de 86,98 %, um pouco mais baixa do que em 2017;
- De 2017 para 2018 registou-se uma diminuição de 1,8 % no total da despesa, enquanto o total da despesa com pessoal cresceu 5,70 %;
- Continuou-se a registar uma diminuição do serviço da dívida creditícia (juros + amortizações), observando-se uma diminuição dos juros de 12,73 % e nas amortizações uma quebra de 0,26 %;
- Foi registado um decréscimo na aquisição de bens de capital entre 2017/2018 calculado em 16,19 %;
- O exercício de 2018 apresenta um crescimento na poupança orçamental, com um acréscimo de 12,38 % em relação ao ano anterior;
- Melhoria apresentada no exercício de 2018, no que toca ao endividamento líquido (do balanço) (3), passando dos 207,8 milhões de euros em 2017 para 168,7 milhões de euros em 2018;
- No que se refere ao fator gerador de dívida (4), o ano de 2018 apresenta um desequilíbrio positivo, embora menor do que em 2017, atingindo o montante de 118,9 milhões de euros;
- A liquidez geral (5) apresenta um significativo reforço de posição, continuando a manter-se no setor positivo, passando de 14,8 milhões de euros em 2017 para 36,6 milhões de euros em 2018;
- Apresentam-se resultados muito positivos na demonstração de resultados, passando os resultados operacionais de -53,2 milhões de euros em 2017 para -40,3 milhões de euros em 2018, tal como o resultado líquido do exercício que passou de -14,2 milhões de euros para -610 milhares de euros;
- No que toca a alguns indicadores de gestão, podem-se emitir as seguintes observações:
  - O grau de cobertura da receita própria (6) sobre a despesa total continuou a registar uma melhoria, passando de 32,61 % em 2017 para 34,46 % em 2018;
  - No que se refere ao endividamento de curto prazo (7), este indicador apresentou uma forte melhoria, continuando o seu grau de cobertura no setor positivo, ou seja, passando dos 115,20 % em 2017 para 144,65 % em 2018;
  - O rácio de solvabilidade (Fundos próprios / Passivo) continuou a ter um crescimento positivo, mais reforçado, passando o valor de 183,20 % em 2017 para os 196,52 % em 2018, tendo em conside-

ração que o valor de referência é 100,00 %. Estes valores derivam da aplicação do Passivo integral, contudo, se expurgarmos do passivo os proveitos diferidos, o rácio, em 2018, sobe para os 591,47 %;

- No que toca ao indicador da autonomia financeira (Fundos próprios / Ativo líquido total), o mesmo regista uma melhoria, passando de 64,69 % em 2017 para 66,28 % em 2018, tendo em consideração que o valor de referência é de 35,00 %.

1. Receita cobrada líquida sobre o somatório da receita liquidada e receita por cobrar no início do ano
2. Despesa paga sobre o total dos compromissos para o exercício
3. Dívidas a terceiros (curto, médio e longo prazos) – (dívidas de terceiros (curto, médio e longo prazos) + títulos negociáveis + depósitos em bancos e caixa)
4. Receita liquidada total (sem saldo de operações orçamentais) + saldo inicial de operações orçamentais – despesa com os compromissos assumidos no exercício
5. Liquidez geral = (depósitos em instituições financeiras e caixa + títulos negociáveis + dívidas a receber de curto prazo) – dívidas a pagar de curto prazo
6. Receita própria = Impostos diretos + indiretos + taxas, multas e outras penalidades + rendimentos da propriedade + venda de bens e serviços + outras receitas correntes e de capital + venda bens de investimento + ativos financeiros
7. (Dívidas a receber de curto prazo + caixa e bancos) / Dívidas a pagar de curto prazo

Évora, Setembro de 2019

## ANEXO I

Quadro nº 26 - Estrutura das Receitas Orçamentais

Receitas Correntes	Receitas de Capital	Outras Receitas
01 - Impostos Diretos	09 - Venda de Bens de Investimento	15 - Reposições Não Abatidas nos Pagamentos
02 - Impostos Indiretos	10 - Transferências de Capital	
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	11 - Ativos Financeiros	
05 - Rendimentos da Propriedade	12 - Passivos Financeiros	
06 - Transferências Correntes	13 - Outras Receitas de Capital	
07 - Venda de Bens e Serviços		
08 - Outras Receitas Correntes		
<b>Total da Receita Corrente</b>	<b>Total da Receita de Capital</b>	<b>Total Outras Receitas</b>
<b>Total das Receitas</b>		

DL nº 26/2002 adaptado às autarquias locais

Quadro nº 27 - Estrutura das Despesas Orçamentais

Despesas Correntes	Receitas de Capital
01 - Despesa com o Pessoal	07 - Aquisição de Bens de Capital
02 - Aquisição de Bens e Serviços	08 - Transferências de Capital
03 - Juros e Outros Encargos	09 - Ativos Financeiros
04 - Transferências Correntes	10 - Passivos Financeiros
05 - Subsídios	11 - Outras Despesas de Capital
06 - Outras despesas Correntes	
<b>Total da Despesa Corrente</b>	<b>Total da Receita de Capital</b>
<b>Total das Despesas</b>	

DL nº 26/2002 adaptado às autarquias locais

